



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Primeiro-Ministro	2196
Secretaria-Geral	2196
Instituto do Consumidor	2197
Instituto Nacional do Desporto	2199

Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira

Despachos	2199
-----------------	------

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Departamento Geral de Administração	2199
Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários	2199
Instituto da Cooperação Portuguesa	2200

Ministério das Finanças

Portaria n.º 131/99 (2.ª série):

Autoriza que o pagamento de 19 043 000\$, devido como compensação pela cessão definitiva da parcela de terreno com a área de 1,6 ha a destacar da Mata Nacional de Vila Real de Santo António, identificada no artigo 1.º da portaria n.º 741/98, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Agosto de 1998, seja efectuado em quatro prestações anuais, no montante de 5 114 620\$ 2200

Portaria n.º 132/99 (2.ª série):

Dá nova redacção aos n.ºs 2.º e 4.º da portaria n.º 855/97 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 30 de Outubro de 1997 2200

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças	2200
--	------

Ministérios da Administração Interna, do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Cultura

Despacho conjunto 2201

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas ... 2201
Comissão de Coordenação da Região do Alentejo 2206
Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale
do Tejo 2206
Comissão de Coordenação da Região do Norte 2206
Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Externas 2206
Inspeção-Geral da Administração do Território 2206
Laboratório Nacional de Engenharia Civil 2206

Ministério da Justiça

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado 2207
Direcção-Geral dos Serviços Prisionais 2207

Ministério da Economia

Delegação Regional da Economia de Lisboa e Vale do
Tejo 2207
Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência 2208
Inspeção-Geral de Jogos 2208

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gabinete do Ministro 2208
Gabinete do Secretário de Estado da Modernização Agrí-
cola e da Qualidade Alimentar 2208
Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural 2208
Direcção-Geral de Protecção das Culturas 2209
Direcção Regional de Agricultura do Algarve 2209
Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente ... 2209
Instituto Nacional de Investigação Agrária 2209
Laboratório Nacional de Investigação Veterinária 2210

Ministério da Educação

Gabinete do Ministro 2210
Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior ... 2210
Secretaria-Geral 2210

Ministério da Saúde

Hospital de São José de Fafe 2210

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Casa Pia de Lisboa 2210
Centro Nacional de Pensões 2211
Centro Regional de Segurança Social do Centro 2211
Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale
do Tejo 2211
Centro Regional de Segurança Social do Norte 2212
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social 2214

Ministério do Ambiente

Direcção Regional do Ambiente — Alentejo 2214
Direcção Regional do Ambiente — Algarve 2214
Direcção Regional do Ambiente — Lisboa e Vale do Tejo 2214
Instituto da Conservação da Natureza 2214

Ministério da Cultura

Delegação Regional da Cultura do Centro 2215
Instituto Português de Museus 2215
Instituto Português do Património Arquitectónico 2215

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Investigação Científica Tropical 2215

Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos 2216

Região Autónoma da Madeira

Secretaria Regional de Educação 2216

Tribunal da Relação de Lisboa 2217

Tribunal Central Administrativo 2217

Universidade Aberta 2217

Universidade de Lisboa 2217

Universidade do Minho 2217

Universidade Nova de Lisboa 2218

Universidade do Porto 2219

Universidade Técnica de Lisboa 2220

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 2220

Instituto Politécnico de Beja 2220

Instituto Politécnico de Bragança 2220

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave 2221

Instituto Politécnico de Coimbra 2221

Instituto Politécnico de Portalegre 2221

Instituto Politécnico do Porto 2221

Instituto Politécnico de Viana do Castelo 2222

Instituto Politécnico de Viseu 2222

Aviso. — Com base no disposto no n.º 12 do Des-
pacho Normativo n.º 16/97, de 3 de Abril, foi publi-
cado o apêndice n.º 17/99 ao *Diário da República*,
2.ª série, n.º 37, de 13 de Fevereiro de 1999, inse-
rindo o seguinte:

Câmara Municipal de Alenquer.
Câmara Municipal de Alijó.
Câmara Municipal de Aljezur.
Câmara Municipal de Almada.
Câmara Municipal de Almeirim.
Câmara Municipal de Alvaiázere.
Câmara Municipal de Anadia.
Câmara Municipal de Ansião.
Câmara Municipal de Arganil.
Câmara Municipal de Armamar.
Câmara Municipal da Batalha.
Câmara Municipal de Benavente.
Câmara Municipal do Bombarral.
Câmara Municipal de Boticas.
Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
Câmara Municipal da Calheta (Açores).
Câmara Municipal da Calheta (Madeira).
Câmara Municipal de Câmara de Lobos.
Câmara Municipal de Cantanhede.
Câmara Municipal de Castelo Branco.
Câmara Municipal de Castelo de Paiva.
Câmara Municipal de Castelo de Vide.
Câmara Municipal de Castro Daire.
Câmara Municipal de Celorico de Basto.
Câmara Municipal de Coimbra.
Câmara Municipal de Coruche.
Câmara Municipal de Elvas.

Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.
Câmara Municipal de Gavião.
Câmara Municipal de Góis.
Câmara Municipal da Golegã.
Câmara Municipal de Gouveia.
Câmara Municipal da Guarda.
Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
Câmara Municipal de Ílhavo.
Câmara Municipal de Lagos.
Câmara Municipal de Leiria.
Câmara Municipal de Loulé.
Câmara Municipal de Mação.
Câmara Municipal da Maia.
Câmara Municipal de Mangualde.
Câmara Municipal de Marco de Canaveses.
Câmara Municipal de Marvão.
Câmara Municipal da Mealhada.
Câmara Municipal de Meda.
Câmara Municipal de Mira.
Câmara Municipal de Miranda do Corvo.
Câmara Municipal de Mirandela.
Câmara Municipal da Moita.
Câmara Municipal de Monforte.
Câmara Municipal de Montalegre.
Câmara Municipal de Mortágua.
Câmara Municipal de Moura.
Câmara Municipal da Nazaré.
Câmara Municipal de Nelas.
Câmara Municipal de Óbidos.
Câmara Municipal de Ourém.
Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
Câmara Municipal de Paredes.
Câmara Municipal de Penalva do Castelo.
Câmara Municipal de Pombal.
Câmara Municipal de Ponta Delgada.
Câmara Municipal de Ponte da Barca.
Câmara Municipal de Portel.
Câmara Municipal de Porto de Mós.
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
Câmara Municipal da Praia da Vitória.
Câmara Municipal de Salvaterra de Magos.
Câmara Municipal de Santa Comba Dão.
Câmara Municipal de Santa Cruz.
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião.
Câmara Municipal de Santana.
Câmara Municipal de São João da Madeira.
Câmara Municipal de São Pedro do Sul.
Câmara Municipal de Sátão.

Câmara Municipal do Seixal.
Câmara Municipal da Sertã.
Câmara Municipal de Sesimbra.
Câmara Municipal de Setúbal.
Câmara Municipal de Silves.
Câmara Municipal de Sintra.
Câmara Municipal de Terras de Bouro.
Câmara Municipal de Tomar.
Câmara Municipal de Torres Novas.
Câmara Municipal de Torres Vedras.
Câmara Municipal de Valença.
Câmara Municipal de Viana do Castelo.
Câmara Municipal da Vidigueira.
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.
Câmara Municipal de Vila Verde.
Câmara Municipal de Vila Viçosa.
Junta de Freguesia de Alcaravela.
Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins.
Junta de Freguesia de Almoester.
Junta de Freguesia de Cachoeiras.
Junta de Freguesia das Caldas da Rainha (Nossa Senhora do Pópulo).
Junta de Freguesia de Caneças.
Junta de Freguesia de Cascais.
Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo.
Junta de Freguesia de Cedofeita.
Junta de Freguesia de Colares.
Junta de Freguesia da Costa da Caparica.
Junta de Freguesia do Forte da Casa.
Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação.
Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra.
Junta de Freguesia de Lavra.
Junta de Freguesia de Mira.
Junta de Freguesia de Monte Abraão.
Junta de Freguesia de Odivelas.
Junta de Freguesia de Palmela.
Junta de Freguesia de Pinhal Novo.
Junta de Freguesia dos Prazeres.
Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.
Junta de Freguesia da Venteira.
Junta de Freguesia de Vila Nova de São Bento.
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 2912/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 5 do artigo 2.º e dos n.ºs 1 e 8 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 370/89, de 25 de Outubro, e 251/94, de 17 de Outubro, e por urgente conveniência de serviço, nomeio o Prof. Doutor Joaquim Antero Romero Magalhães, comissário-geral e coordenador da comissão executiva da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

29 de Janeiro de 1999. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Despacho n.º 2913/99 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 8 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 370/89, de 25 de Outubro, e 251/94, de 17 de Outubro, e por urgente conveniência de serviço, nomeio o Dr. João Paulo da Silva Pinto Salvado, vogal da comissão executiva da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

29 de Janeiro de 1999. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Despacho n.º 2914/99 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 8 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 370/89, de 25 de Outubro, e 251/94, de 17 de Outubro, e por urgente conveniência de serviço, nomeio o Dr. Jorge Manuel Ribeiro dos Santos Alves, vogal da comissão executiva da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

29 de Janeiro de 1999. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Despacho n.º 2915/99 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 1 e 8 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 370/89, de 25 de Outubro, e 251/94, de 17 de Outubro, e por urgente conveniência de serviço, nomeio o comandante Joaquim Baptista Viegas Soeiro de Brito, coordenador-adjunto da comissão executiva da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

29 de Janeiro de 1999. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3220/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 22 de Janeiro de 1999, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso para admissão a estágio com vista ao preenchimento de três vagas de técnico superior de 2.ª classe (área de informação e relações públicas) da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, aprovado pela Portaria n.º 59/98, de 12 de Fevereiro.

2 — Prazo de validade do concurso — o concurso é válido para as vagas referidas e extingue-se com o provimento das mesmas.

3 — Legislação aplicável:

- a) Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Decreto-Lei n.º 147/93, de 3 de Maio, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 227/97, de 30 de Agosto;
- c) Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
- d) Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

4 — Conteúdo funcional — funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos técnico-científicos tendo em vista preparar a tomada de decisão superior. As funções serão desempenhadas na área de informação e relações públicas, definidas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 227/97, de 30 de Agosto.

5 — Remuneração, local e condições de trabalho — a remuneração é a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar, sem prejuízo do direito de opção pelo vencimento do lugar de origem. O local de trabalho situa-se na Rua

de Prof. Gomes Teixeira, 1399-022 Lisboa, e as condições de trabalho são as genericamente vigentes para a função pública.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão a concurso:

- a) Ser funcionário ou agente da Administração Pública, reunindo estes últimos as condições expressas no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Satisfazer os requisitos gerais previstos no artigo 29.º do diploma referido na alínea anterior;
- c) Possuir licenciatura em Comunicação Social.

6.1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos devem reunir os requisitos pretendidos até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

7 — Métodos de selecção — nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

- 1.ª fase (eliminatória) — prova escrita de conhecimentos;
- 2.ª fase — avaliação curricular;
- 3.ª fase — entrevista profissional de selecção.

7.1 — A prova de conhecimentos tem carácter eliminatório, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se como tal as classificações inferiores a 9,5 valores.

7.2 — A prova de conhecimentos visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício das funções a prover.

7.3 — Após a afixação no serviço da relação dos candidatos admitidos, estes serão convocados oportunamente, nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 35.º e do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, para a prestação da prova escrita de conhecimentos, com a duração de duas horas e pontuada de 0 a 20 valores, que incidirá sobre as matérias do programa aprovado por despacho de 11 de Abril de 1997 do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 96, de 24 de Abril de 1997. Os temas a abordar na prova de conhecimentos, bem como a legislação e bibliografia necessárias à sua realização, são publicados em anexo ao presente aviso.

7.4 — Na avaliação curricular são consideradas e ponderadas, de acordo com as exigências da função:

- a) A habilitação académica de base;
- b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional dos lugares postos a concurso;
- c) A experiência profissional, onde se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas com a avaliação da sua natureza e duração.

7.5 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, constam de actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8.1 — A classificação final dos candidatos será obtida pela seguinte fórmula:

$$CF = \frac{2PCE + AC + E}{4}$$

em que:

CF = classificação final;
PCE = prova de conhecimentos escrita;
AC = avaliação curricular;
E = entrevista profissional de selecção.

9 — Formalização das candidaturas — o requerimento de admissão deverá ser dirigido ao secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, entregue pessoalmente até às 20 horas na Divisão de Informação e Relações Públicas, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Rua do Prof. Gomes Teixeira, 1399-022 Lisboa.

9.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação (nome, estado civil, número e data de validade do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Indicação, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais de admissão mencionados nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.2 — O requerimento deverá ser acompanhado de certificado autêntico ou autenticado pelas formas previstas no Decreto-Lei n.º 48/88, de 17 de Fevereiro, ou outro documento idóneo, comprovativo das habilitações literárias.

10 — A não apresentação da declaração de honra mencionada na alínea c) do n.º 9.1 e do documento exigido no n.º 9.2 do presente aviso é motivo de exclusão.

10.1 — A relação dos candidatos admitidos será afixada nas instalações da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e a lista de classificação final será notificada aos candidatos:

- a) Através de afixação da lista nas instalações da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
- b) Através de aviso no *Diário da República*, 2.ª série, informando da afixação da lista nas instalações da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, se o número de candidatos for igual ou superior a 100;
- c) Por escrito, com cópia da lista, se o número de candidatos for inferior a 100.

11 — Regime de estágio:

11.1 — O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano, obedecendo o seu regime às regras estabelecidas no Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e será feito na Direcção de Serviços de Documentação, Informação e Relações Públicas da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

11.2 — A avaliação e classificação dos estagiários será de acordo com o regulamento de estágio aprovado pelo Despacho Normativo n.º 95/91, de 2 de Maio, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 100.

11.3 — Salvo decisão em contrário, o júri do estágio será o deste concurso.

11.4 — No respeitante ao funcionamento e à competência do júri do estágio, bem como à homologação, publicação, reclamação e recurso dos respectivos resultados, aplicam-se as regras constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 265/88, de 28 de Julho.

12 — Composição do júri do concurso:

Presidente — Bacharel José Manuel Sardinha de Barros, assessor principal.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria Fernanda Tiago, técnica superior de 1.ª classe.

Licenciada Teresa Cristina Rodrigues de Carvalho Paiva Castelo Branco, técnica superior de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria Clara Fernandes Garcia Lopes, técnica superior principal.

Licenciada Marisa de Fátima Feliciano Zuzarte Ferreira da Silva, técnica superior de 1.ª classe.

5 de Fevereiro de 1999. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo*.

ANEXO

Enunciado do programa das provas do concurso de estagiário tendo em vista o provimento de três lugares de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Estado e Administração Pública.

Orgânica da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Orgânica do Governo.

Código do Procedimento Administrativo.

Estatuto Disciplinar dos Funcionários da Administração Central, Regional e Local.

Regime de faltas, férias e licenças.

Noções gerais de direito comunitário.

Informática na óptica do utilizador.

O papel da informação e da documentação na sociedade de informação.

O panorama da comunicação social nacional e dos principais *media* internacionais.

Os *media* e formas comunicacionais.

Análise de conteúdo nas suas vertentes qualitativas e quantitativas.

As novas tecnologias de informação aplicadas à armazenagem e difusão de informação.

Relações públicas — a comunicação interna e externa; o seu relacionamento com os órgãos de comunicação social.

A imagem institucional.

O papel das relações públicas no apoio às acções institucionais. Protocolo.

Línguas estrangeiras: inglês.

Bibliografia

Introdução à Teoria Geral da Administração, de Idalberto Chiavenato, McGraw-Hill.

Constituição da República Portuguesa.

Direito Comunitário, de João Mota de Campos.

Relações Públicas nas Empresas Modernas, de J. R. Withaker Pentead.

Código do Procedimento Administrativo.

Regras do Cerimonial Português, de H. de Mendonça e Cunha, Bertrand.

Comunicação Social, Teoria e Pesquisa, de José Marques de Melo.

Sociedade da Informação, Missão para a Sociedade da Informação.

A Administração e o Público, Secretariado para a Modernização Administrativa.

Comunicação de Massas, de Laurence Bardin, Presses Universitaires de France.

Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, Edições 70.

Técnicas de Comunicação: Publicidade, Propaganda, Relações Públicas, de J. Martins Lampreia, Europa-América, 1988.

Legislação

Decreto-Lei n.º 296-A/95, de 17 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 55/98, de 16 de Março.

Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 147/93, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 227/97, de 30 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 178/95, de 26 de Julho, e 101-A/96, de 26 de Julho.

Instituto do Consumidor

Aviso n.º 3221/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 8.º e no n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, avisam-se os interessados de que, autorizado por despacho de 21 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto do Consumidor, se contra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto para a categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro do Instituto do Consumidor, aprovado pela Portaria n.º 962/98, de 11 de Novembro.

1 — Lugares — o concurso visa o preenchimento de oito lugares vagos existentes no quadro de pessoal do Instituto do Consumidor, tendo sido fixada a quota, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98:

Sete lugares a preencher por funcionários pertencentes ao quadro do Instituto do Consumidor;

Um lugar a preencher por funcionário que não pertença ao quadro do Instituto do Consumidor.

2 — Prazo de validade — o concurso esgota-se com o preenchimento dos lugares vagos postos a concurso.

3 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;

Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho;

Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Portaria n.º 962/98, de 11 de Novembro;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

4 — Áreas funcionais — defesa do consumidor, relações públicas, comunicação, informação e investigação, gestão de recursos humanos, planeamento, relações internacionais, biblioteca e documentação.

5 — Remuneração, local e condições de trabalho:

5.1 — A remuneração é a fixada nos termos conjugados dos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro.

5.2 — O local de trabalho situa-se no Instituto do Consumidor, em Lisboa.

5.3 — As condições de trabalho e os benefícios sociais são os genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

6 — Condições de candidatura:

6.1 — Ser funcionário de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública;

6.2 — Ser técnico superior de 2.ª classe com pelo menos três anos de serviço na respectiva categoria classificados de *Bom* ou estar abrangido pelo Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, bem como pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho.

7 — Método de selecção — no presente concurso será utilizado o método de selecção da avaliação curricular.

8 — Classificação — a classificação final dos concorrentes, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida na avaliação curricular, considerando-se não aprovados os candidatos que na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

8.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao presidente do Instituto do Consumidor, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Praça do Duque de Saldanha, 31, rés-do-chão, 1069-013 Lisboa.

9.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos, devidamente actualizados:

- a) Identificação completa (nome, estado civil, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Categoria, vínculo e serviço a que pertence.

9.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- b) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das habilitações literárias e profissionais ou declaração do serviço que as especifique, emitida nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, confirmando que os mesmos se encontram arquivados no respectivo processo individual;
- c) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos da formação profissional invocada no *curriculum vitae* ou declaração do serviço que a especifique, emitida nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, confirmando que os mesmos se encontram arquivados no respectivo processo individual;
- d) Declaração do serviço, emitida nos termos do mesmo preceito legal, comprovando:
 - d1) A categoria e a natureza do vínculo do candidato;
 - d2) A antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
 - d3) As classificações de serviço, incluindo a sua expressão quantitativa, obtidas no número de anos exigidos como requisito especial de admissão a concurso;
- e) Descrição detalhada das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito.

9.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei geral.

10 — A relação de candidatos e a lista final serão afixadas no Instituto do Consumidor, na Praça do Duque de Saldanha, 31, em Lisboa.

11 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado José Madeira Faísca, chefe de divisão. Vogais efectivos:

Licenciada Carla Cristina Esteves Barata, chefe de divisão, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Licenciado Manuel José da Silva Tão, assessor principal.

Vogais suplentes:

Licenciada Sara Luísa Abreu Santos Acciaioli Gouveia, técnica superior principal.

Licenciada Maria Emília Cabral Lopes Arroiz, técnica superior principal.

1 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Vitor Manuel Cardoso Rabaça*.

Aviso n.º 3222/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, avisam-se os interessados de que, autorizado por despacho de 21 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto do Consumidor, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto para a categoria de assistente administrativo principal do grupo de pessoal administrativo do quadro do Instituto do Consumidor, aprovado pela Portaria n.º 962/98, de 11 de Novembro.

1 — Lugares — o concurso visa o preenchimento de três lugares vagos existentes no quadro de pessoal do Instituto do Consumidor, tendo sido fixada a quota nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98:

Um lugar a preencher por funcionário pertencente ao quadro do Instituto do Consumidor;

Dois lugares a preencher por funcionários que não pertençam ao quadro do Instituto do Consumidor.

2 — Prazo de validade — o concurso esgota-se com o preenchimento dos lugares vagos postos a concurso.

3 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho;
Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Portaria n.º 962/98, de 11 de Novembro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

4 — Conteúdo funcional — funções de natureza executiva, enquadradas em instruções gerais e procedimentos bem definidos, com certo grau de complexidade, relativas a uma ou mais áreas de actividade administrativa, designadamente contabilidade, pessoal, economato e património, secretaria, arquivo, expediente e dactilografia.

5 — Remuneração, local e condições de trabalho:

5.1 — A remuneração é a fixada nos termos conjugados dos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro;

5.2 — O local de trabalho situa-se no Instituto do Consumidor, em Lisboa;

5.3 — As condições de trabalho e os benefícios sociais são os genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

6 — Opositores ao concurso — podem ser opositores ao concurso os assistentes administrativos com, pelo menos, três anos na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*.

7 — Método de selecção — no presente concurso será utilizado o método de selecção da avaliação curricular.

8 — Classificação — a classificação final dos concorrentes, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida na avaliação curricular, considerando-se não aprovados os candidatos que na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

8.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao presidente do Instituto do Consumidor, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Praça do Duque de Saldanha, 31, rés-do-chão, 1069-013 Lisboa.

9.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos, devidamente actualizados:

- a) Identificação completa (nome, estado civil, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Categoria, vínculo e serviço a que pertence.

9.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- b) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das habilitações literárias e profissionais ou declaração do serviço que as especifique, emitida nos termos do n.º 5 do artigo 31.º

do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, confirmando que os mesmos se encontram arquivados no respectivo processo individual;

- c) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos da formação profissional invocada no *curriculum vitae* ou declaração do serviço que a especifique, emitida nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, confirmando que os mesmos se encontram arquivados no respectivo processo individual;
- d) Declaração do serviço, emitida nos termos do mesmo preceito legal, comprovando:
 - d1) A categoria e a natureza do vínculo do candidato;
 - d2) A antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
 - d3) As classificações de serviço, incluindo a sua expressão quantitativa, obtidas no número de anos exigidos como requisito especial de admissão ao concurso;
- e) Descrição detalhada das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito.

9.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei geral.

10 — A relação de candidatos e a lista final serão afixadas no Instituto do Consumidor, na Praça do Duque de Saldanha, 31, em Lisboa.

11 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciada Maria do Carmo Salvador da Silva Guerreiro e Silva, directora de serviços, em regime de substituição.

Vogais efectivos:

Maria Helena Bento Morais, chefe de repartição, que substituirá a presidente nas suas faltas ou impedimentos.
Maria Manuela Serradas Pacheco, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Maria Evangelina Castro Veiga Barradas, chefe de secção.
Olga Maria Teixeira Santos Silva Pereira Martins, assistente administrativa especializada.

2 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Vítor Manuel Cardoso Rabaça*.

Instituto Nacional do Desporto

Despacho n.º 2916/99 (2.ª série). — Havendo necessidade de proceder à substituição de um elemento do Conselho Nacional Antidopagem, nomeado pelo despacho n.º 4641/98 (2.ª série), de 9 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66, de 19 de Março de 1998;

Atenta a indicação apresentada pela Confederação do Desporto de Portugal:

Designo para membro do Conselho Nacional Antidopagem, por indicação da Confederação do Desporto de Portugal, em representação das federações desportivas e em substituição do Dr. João Gabriel Bargão dos Santos, o Dr. José Manuel Geraudes de Oliveira.

1 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado do Desporto, *Júlio Francisco Miranda Calha*.

GABINETE DO MINISTRO DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Despacho n.º 2917/99 (2.ª série). — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a adjunta do meu Gabinete licenciada Maria Gabriela Páris Fernandes.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

22 de Janeiro de 1999. — O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.

Despacho n.º 2918/99 (2.ª série). — Nomeio, ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, a licenciada Maria Gabriela Páris Fernandes para prestação ao meu Gabinete

de estudos legislativos e de outros trabalhos de carácter jurídico, nos termos seguintes:

1 — A presente nomeação tem a duração de nove meses, revogável a todo o tempo.

2 — Para a realização das respectivas tarefas, será dado todo o apoio logístico por parte do Gabinete.

3 — A remuneração é paga em nove prestações mensais de 300 000\$, acrescidas de IVA à taxa em vigor.

4 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

22 de Janeiro de 1999. — O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.

Despacho n.º 2919/99 (2.ª série). — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero a secretária pessoal do meu Gabinete licenciada Sónia Cabral Adão Branco Afonso.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

22 de Janeiro de 1999. — O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.

Despacho n.º 2920/99 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas do artigo 6.º, n.ºs 1 e 2, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio adjunta do meu Gabinete a licenciada Sónia Cabral Adão Branco Afonso.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

22 de Janeiro de 1999. — O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 3223/99 (2.ª série):

Maria Manuela Lombo Ruivo, conselheira de embaixada, cônsul-geral de Portugal em Bayonne — decreto de 22 de Janeiro de 1999 exonerando-a das referidas funções.

Maria Manuela Lombo Ruivo, conselheira de embaixada dos serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — despacho ministerial de 8 de Janeiro de 1999 colocando-a na disponibilidade em serviço, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 1999, data em que completa 60 anos, atingindo assim o limite de idade para o serviço no estrangeiro e o fixado no artigo 30.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — A Directora do Departamento, *Ana Maria Marques Martinho*.

Aviso n.º 3224/99 (2.ª série):

Manuel Paulo Athias da Silva Pereira — contrato administrativo de provimento de 29 de Janeiro de 1999, nos termos do disposto no artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e nos artigos 8.º, alínea I), 9.º, n.ºs 1, 2 e 4, 12.º, n.ºs 1 e 3, e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, para exercer o cargo de conselheiro de imprensa na Embaixada de Portugal em Washington, por um período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos. O presente contrato produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

1 de Fevereiro de 1999. — A Directora do Departamento, *Ana Maria Marques Martinho*.

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Despacho (extracto) n.º 2921/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Dezembro de 1998 do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus:

Maria Rita Santos Rosa Carneiro de Brito, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos

Comunitários — nomeada, em regime de substituição, por um período de seis meses, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, chefe de divisão da Direcção de Serviços das Questões Económicas e Financeiras, da mesma Direcção-Geral, com efeitos a partir de 18 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — A Chefe de Repartição, *Maria Manuela Trigueiro*.

Instituto da Cooperação Portuguesa

Aviso n.º 3225/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente deste Instituto de 21 de Janeiro de 1999:

José António Heneni Pires, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal deste Instituto — nomeado, precedendo concurso, chefe de secção do mesmo quadro, ficando exonerado das funções que vinha exercendo com efeitos à data do despacho, por ter sido reconhecida a urgente conveniência de serviço.

21 de Janeiro de 1999. — A Vice-Presidente, *Maria Odete Cardoso*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 131/99 (2.ª série). — Por portaria de 14 de Julho de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 4 de Agosto de 1998, e com o aditamento à mesma de 2 de Setembro de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 18 de Setembro último, foi cedida a título definitivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, ao município de Vila Real de Santo António uma parcela de terreno com a área de 1,6 ha, a destacar da Mata Nacional de Vila Real de Santo António, mediante o pagamento da compensação de 19 043 000\$, para construção de habitação social.

O município de Vila Real de Santo António pretende agora que o pagamento seja efectuado em quatro prestações anuais, com pagamento de juros de 5%, conforme estabelece a portaria n.º 602/98, de 16 de Junho.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, o seguinte:

1 — Autorizar que o pagamento de 19 043 000\$, devido como compensação pela cessão definitiva da parcela de terreno com a área de 1,6 ha a destacar da Mata Nacional de Vila Real de Santo António, identificada no artigo 1.º da portaria n.º 741/98, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Agosto de 1998, seja efectuado em quatro prestações anuais, no montante de 5 114 620\$, o qual inclui os juros devidos pelo deferimento das prestações, nos termos do n.º 2 da portaria n.º 602/98, de 30 de Junho, sendo a primeira paga na data da assinatura do auto de cessão.

2 — O auto de cessão deverá ser formalizado no prazo máximo de 60 dias após a publicação da presente portaria.

26 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Portaria n.º 132/99 (2.ª série). — Em execução da portaria n.º 855/97 (2.ª série), de 16 de Outubro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 30 de Outubro de 1997, por auto celebrado em 2 de Fevereiro de 1998, foi cedido a título definitivo ao município de Vieira do Minho o antigo Posto Fiscal de Ruivães, para ser utilizado pela Junta de Freguesia de Ruivães na prossecução de actividades sociais e recreativas a desenvolver naquela freguesia.

A Câmara Municipal de Vieira do Minho e a Administração Regional de Saúde do Norte concluíram que uma parcela de logradouro do prédio é adequada para a construção de um edifício destinado à Extensão de Saúde de Ruivães, tendo o município solicitado a rectificação do auto de cessão por forma a contemplar não só os fins anteriormente fixados mas também a possibilidade de aí poder edificar um centro de saúde.

Considerando que se mantêm os fins de interesse público que justificaram a cessão do prédio à autarquia, a qual pagou, no acto da assinatura do auto, o valor da compensação no montante de 4 500 000\$, que resultou da avaliação do referido prédio, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, o seguinte:

1 — Os n.os 2.º e 4.º da portaria n.º 855/97 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 30 de Outubro de 1997, passam a ter a seguinte redacção:

«2.º Reconhecer o interesse público da cessão por o imóvel se destinar à prossecução de actividades sociais e recreativas a desen-

volver na referida freguesia, bem como com a possibilidade de aquele município poder doar à Administração Regional de Saúde do Norte uma parcela de terreno do logradouro do mesmo imóvel para a construção do edifício onde vai funcionar a Extensão de Saúde de Ruivães.

4.º Esta cessão fica sujeita ao preceituado no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, revertendo o prédio à posse do Estado se no prazo de dois anos não for afecto ao fim que justifica a presente cessão, não tendo o cessionário direito à restituição de importâncias pagas ou a indemnização por benfeitorias realizadas.»

2 — A Direcção-Geral do Património promoverá o respectivo aditamento ao auto de cessão celebrado em 2 de Fevereiro de 1998.

26 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

Despacho n.º 2922/99 (2.ª série). — Considerando que o Metropolitan de Lisboa, E. P., se propôs contrair um empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) no montante equivalente a PTE 34 000 000 000, destinado ao financiamento parcial do projecto denominado «Metropolitano de Lisboa IV»;

Considerando o despacho conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e dos Transportes de 25 de Novembro de 1998 autorizando a contratação da presente operação;

Considerando o despacho do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território de 24 de Novembro de 1998, exarado no parecer elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro;

Considerando que foi ouvido o Instituto de Gestão do Crédito Público, nos termos da alínea n) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 160/96, de 4 de Setembro;

Considerando o teor da orientação política da resolução do Conselho de Ministros n.º 200-L/98 (2.ª série), aprovada em reunião de 30 de Dezembro de 1998, a qual determina a prestação da garantia pessoal do Estado ao empréstimo acima identificado e caracterizado na ficha técnica anexa;

Instruído o processo pela Direcção-Geral do Tesouro, ao abrigo do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro, e no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro, e da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 288/98 (2.ª série), do Ministro das Finanças, de 19 de Dezembro de 1997:

1 — Autorizo a concessão da garantia pessoal do Estado, para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo a contrair pelo Metropolitan de Lisboa, E. P., junto do Banco Europeu de Investimento, no montante equivalente a PTE 34 000 000 000, cujas condições constam da ficha técnica anexa;

2 — É fixada a taxa de garantia em 0,2% ao ano.

31 de Dezembro de 1998. — O Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Ficha técnica

Mutuante — Banco Europeu de Investimento (BEI).

Mutuário — Metropolitan de Lisboa, E. P.

Finalidade — Financiamento parcial do projecto «Metropolitano de Lisboa IV» — expansão e modernização da rede do metropolitano de Lisboa.

Montante — equivalente a PTE 34 000 000 000.

Moeda — uma ou várias moedas dos Estados membros do Banco ou uma ou várias moedas de outros países convertíveis no mercado internacional de câmbios.

Prazo — 20 anos.

Carência — 10 anos.

Utilização — até Novembro de 2001.

Amortização — em prestações semestrais consecutivas.

Taxa de juro — taxa aberta, assumindo um dos regimes praticáveis pelo BEI.

Pagamento de juros — trimestral ou semestral e postecipadamente, conforme o regime de taxa de juro escolhido.

Garante — República Portuguesa, por um período de 20 anos, a contar da data da assinatura do contrato.

Outras condições — idênticas às aplicadas pelo BEI nos contratos de financiamento celebrados com os Estados membros da Comunidade Europeia.

**MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA,
DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO
E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA CULTURA**

Despacho conjunto n.º 145/99. — O Decreto-Lei n.º 426/89, de 6 de Dezembro, contém as disposições genéricas a observar em operações de beneficiação de edifícios e outras acções a realizar em centros urbanos antigos destinados a reduzir o risco de eclosão e propagação de incêndio, a possibilitar a evacuação dos edifícios e a facilitar a intervenção dos bombeiros.

Atendendo a que a aplicação destas medidas cautelares depende do reconhecimento da qualidade de centro urbano antigo, a Câmara Municipal de Sintra propôs ao Governo que o Bairro Almeida Araújo, em Queluz, fosse objecto daquele reconhecimento.

Considerando que o Bairro Almeida Araújo consegue preservar grande parte da sua memória histórica e arquitectónica;

Considerando que o conjunto de operações previstas pela Câmara Municipal de Sintra para a recuperação do referido Bairro impõe

a adopção de medidas normativas adequadas, de forma a dar uma resposta cabal às actuais insuficiências no domínio dos espaços urbanos degradados;

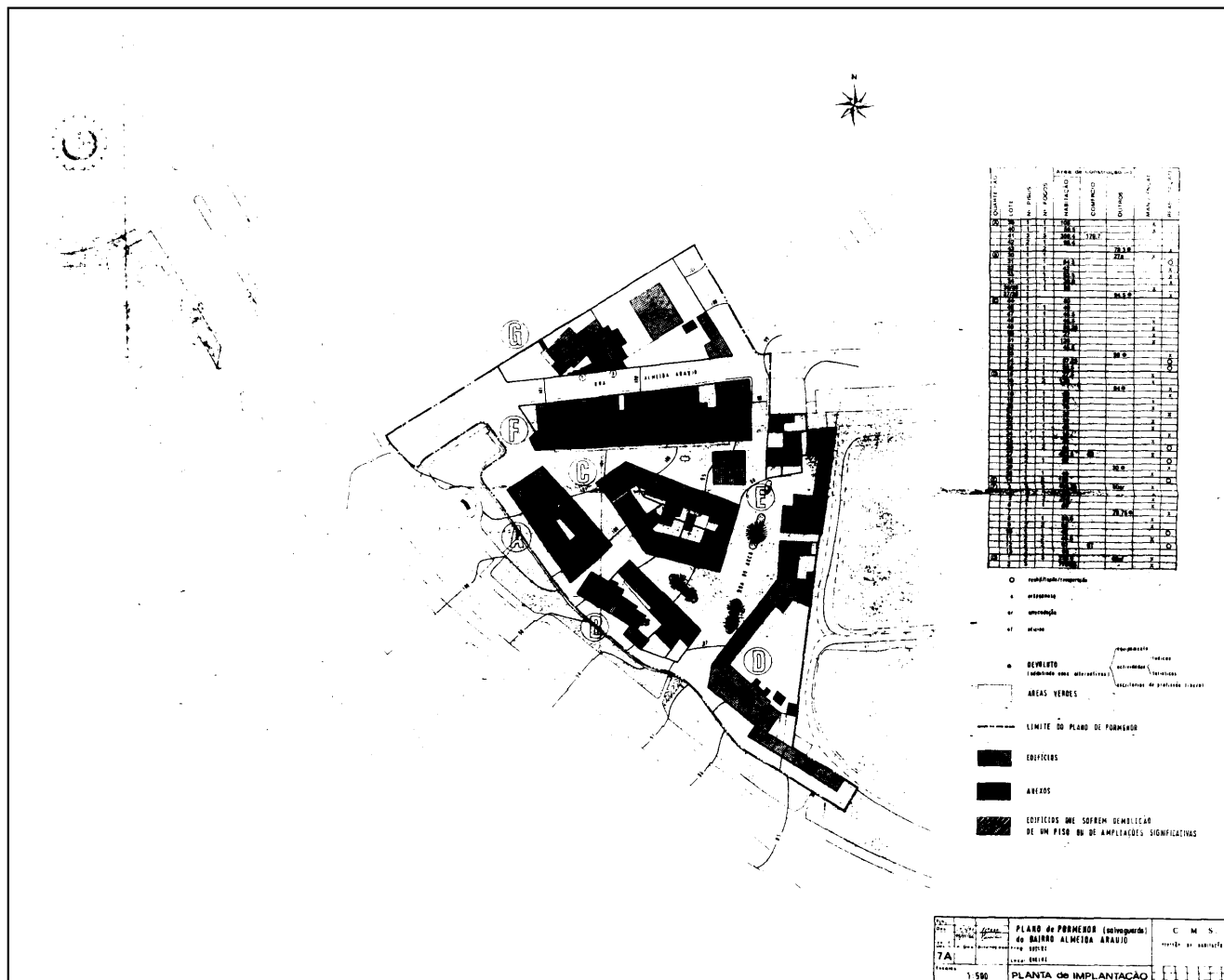
Considerando que a necessidade de dotar este núcleo histórico com as condições indispensáveis à redução do risco de eclosão e propagação de incêndio contribuirá para a melhoria da segurança dos seus habitantes e do conjunto edificado;

Considerando que o Bairro Almeida Araújo foi objecto de um plano de pormenor, ratificado pela Portaria n.º 203/98, de 26 de Março:

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 426/89, de 6 de Dezembro, determina-se o seguinte:

É reconhecida a qualidade de centro urbano antigo ao Bairro Almeida Araújo, em Queluz, no município de Sintra, cuja área se encontra delimitada na planta publicada em anexo.

31 de Dezembro de 1998. — O Ministro da Administração Interna, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*. — O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho*. — O Ministro da Cultura, *Manuel Maria Ferreira Carrilho*.



**MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO
E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**

Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas

Despacho n.º 2923/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 11.º e no artigo 13.º, n.º 2, do Código das Expropriações aprovado pelo Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro, atento o despacho de 9 de Novembro de 1998, do engenheiro António Nunes de Sousa, proferido no uso da competência que lhe foi subdelegada por despacho do presidente da Junta Auto-

nome de Estradas de 26 de Maio de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, que aprovou a planta parcelar S2B1-E-202-13-10b e o mapa de expropriações relativo ao sublanga Alcácer do Sal-Grândola Norte, declaro, por delegação do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, constante do despacho n.º 486/97, de 22 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 16 de Maio de 1997, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção do sublanga Alcácer do Sal-Grândola Norte, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricular, dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a BRISA a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas na planta anexa, com vista ao rápido início dos trabalhos ou à sua prossecução ininterrupta, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionados pela BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Código das Expropriações.

21 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Emanuel José Leandro Maranhã das Neves*.

Expropriações

Mapa de áreas

Concelho de Alcácer do Sal, freguesia de Santiago

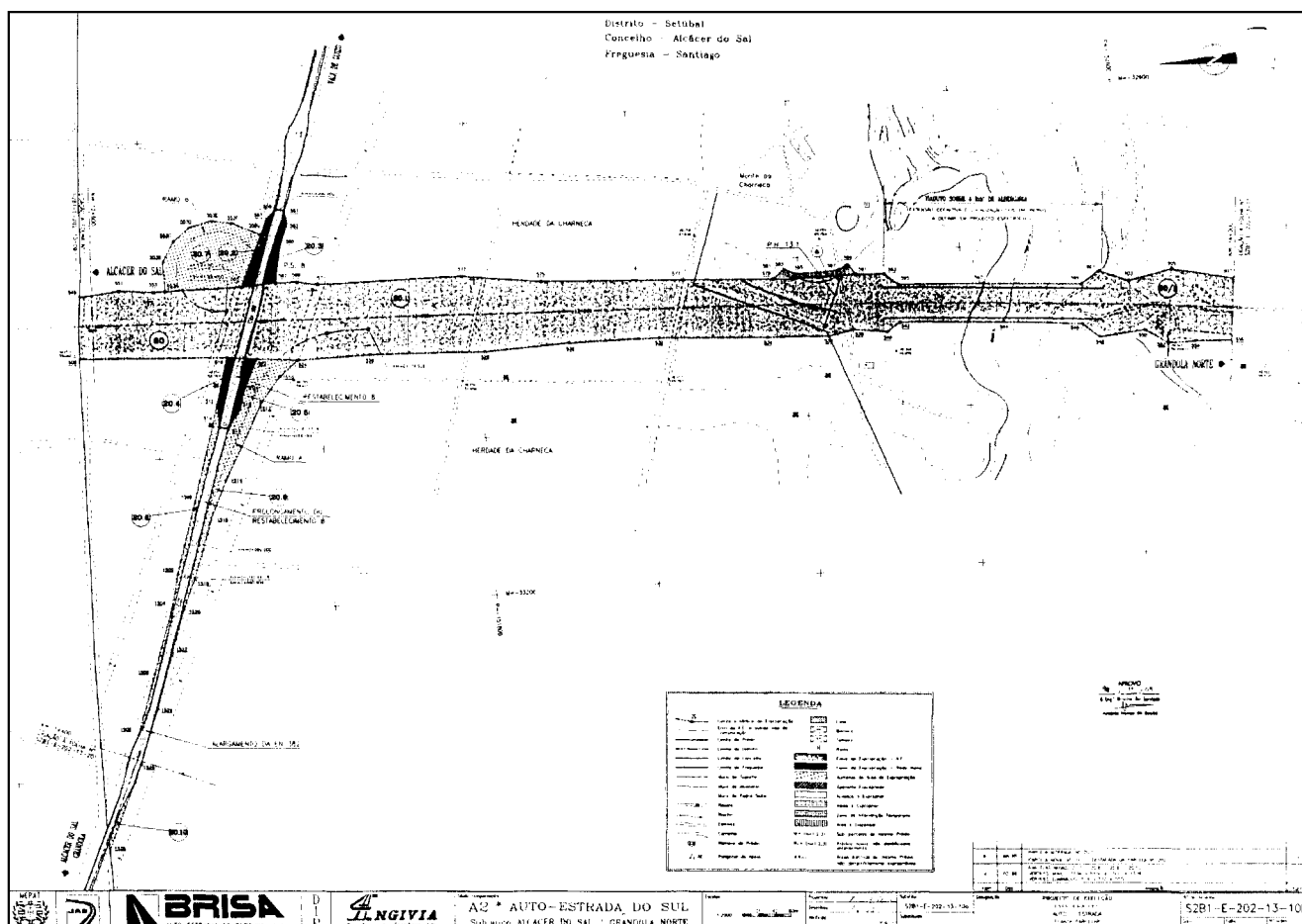
A2: Auto-Estrada do Sul — Sublanço Alcácer do Sal-Grândola Norte

Desenho S2B1-E-202-13-10b

Data: Outubro de 1998.

Número das parcelas	Nomes e moradas dos proprietários actuais	Referências			Áreas (metros quadrados)							
		Matriz		Registo predial	Do prédio			Auto- -Estrada	Rede viária — restabele- cimentos	Acessos e valas	Sobrantes	Restantes
		Rústica	Urbana		Cadastro	Registo predial	Plantas parcelares					
20	SILVICAIMA — Sociedade, Silvícola do Caima, L. ^{da} , Rua de Natália Correia, 2200 Constância.	Artigo 2, secção II			3659750		NL	17 177 1) 54812	2) 1017 3) 888 4) 698 5) 787 7) 8064 8) 1905 9) 5654 10) 303			
20/1	Mário Carvalheira e outros, Alcácer do Sal.							35769 1)(*) 90148		a) 767 b)(*) 3296		

(*) Áreas transportadas do desenho S2B1-E-202-13-11b.



Despacho n.º 2924/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 11.º e no artigo 13.º, n.º 2, do Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro, atento o despacho de 9 de Novembro de 1998, do engenheiro António Nunes de Sousa, proferido no uso da competência que lhe foi subdelegada por despacho do presidente da Junta Autónoma de Estradas de 26 de Maio de 1998, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, que aprovou as plantas parcelares n.ºs L2M1-E-202-13-04b, 06e e 11b e o mapa de expropriações relativo ao sublanço Malveira-Torres Vedras, declaro, por delegação do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, constante do despacho n.º 486/97, de 22 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 16 de Maio de 1997, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, das expropriações das

parcelas de terreno necessárias à construção do sublanço Malveira-Torres Vedras, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial, dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a BRISA a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas anexas, com vista ao rápido início dos trabalhos ou à sua prossecução ininterrupta, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionados pela BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Código das Expropriações.

21 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Emanuel José Leandro Maranhã das Neves*.

Expropriações

Mapa de áreas

Concelho de Mafra, freguesia de Sapataria

A8: Auto-Estrada do Oeste — Sublanço Malveira-Torres Vedras

Desenho n.º L2M1-E-202-13-04b

Data: Outubro de 1997

Número das parcelas	Nomes e moradas dos proprietários actuais	Referências			Áreas (metros quadrados)							
		Matriz		Registo predial	Do prédio			Auto-estrada	Rede viária Restabelecimentos	Acessos e valas	Sobrantes	Restantes
		Rústica	Urbana		Cadastro	Registo predial	Plantas parcelares					
103	António Lopes Gregório, Guia, Sapataria.	Artigo 6, secção M		D. 72 196, livro B-185, fl. 106	17 920		17 920	2 930 360 1) 2 680 2)(*) 332				11 618
	Totais							(*) 332				

(*) Aumento de área a expropriar.

Concelho de Mafra, freguesia de Enxara do Bispo

A8: Auto-Estrada do Oeste — Sublanço Malveira-Torres Vedras

Desenho n.º L2M1-E-202-13-06e

Data: Outubro de 1998

Número das parcelas	Nomes e moradas dos proprietários actuais	Referências			Áreas (metros quadrados)						
		Matriz		Registo predial	Do prédio			Auto-estrada	Acessos e valas	Sobrantes	Restantes
		Rústica	Urbana		Cadastro	Registo predial	Plantas parcelares				
145/4	Comissão Fabriqueira, Enxara do Bispo.	Artigo 81, secção H					670	440		1) (**) 120	110
	<i>Totais</i>									(**) 120	

(**) Área com DUP a dispensar.

Concelho de Mafra, freguesia de Turcifal

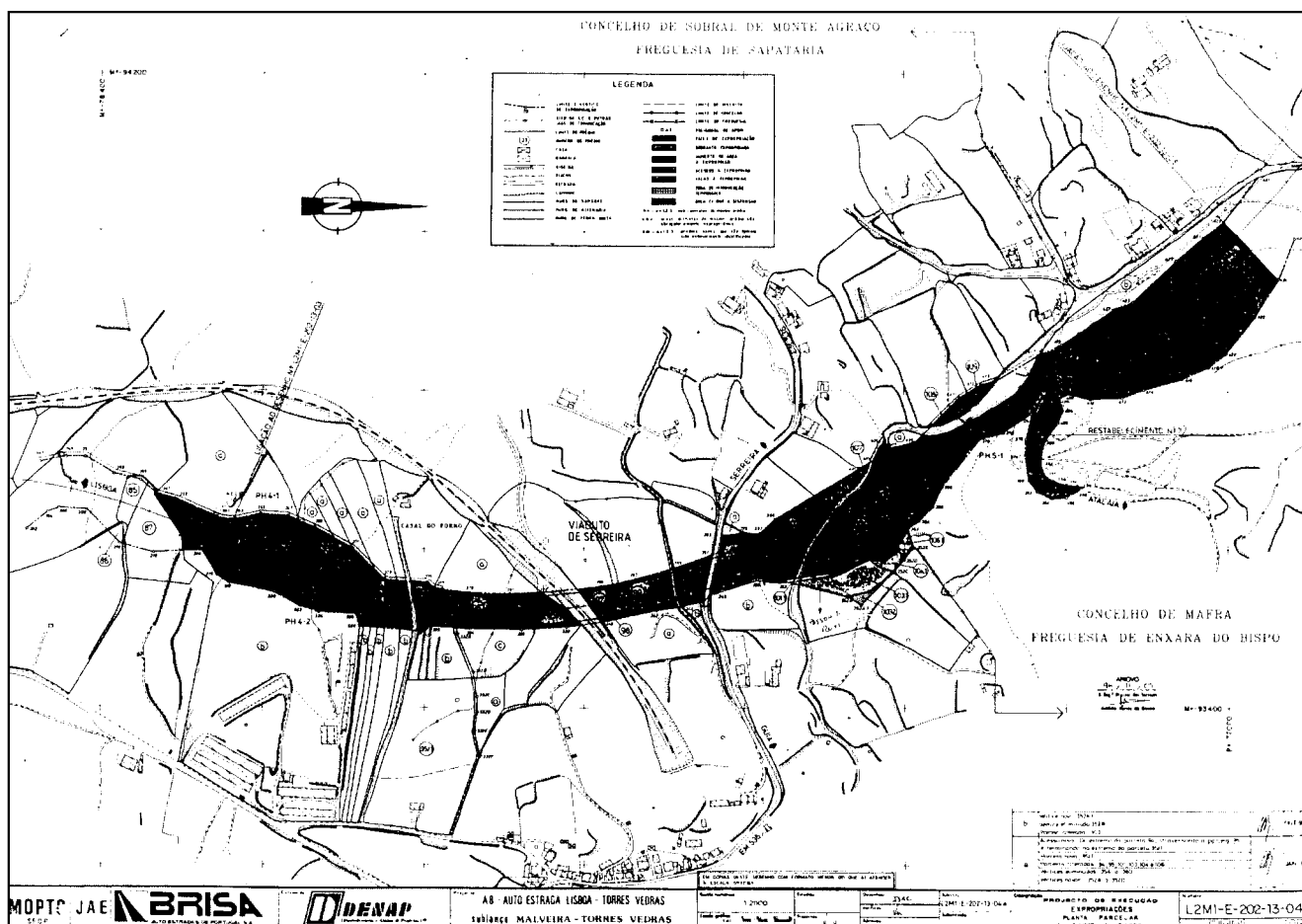
A8: Auto-Estrada do Oeste — Sublanço Malveira-Torres Vedras

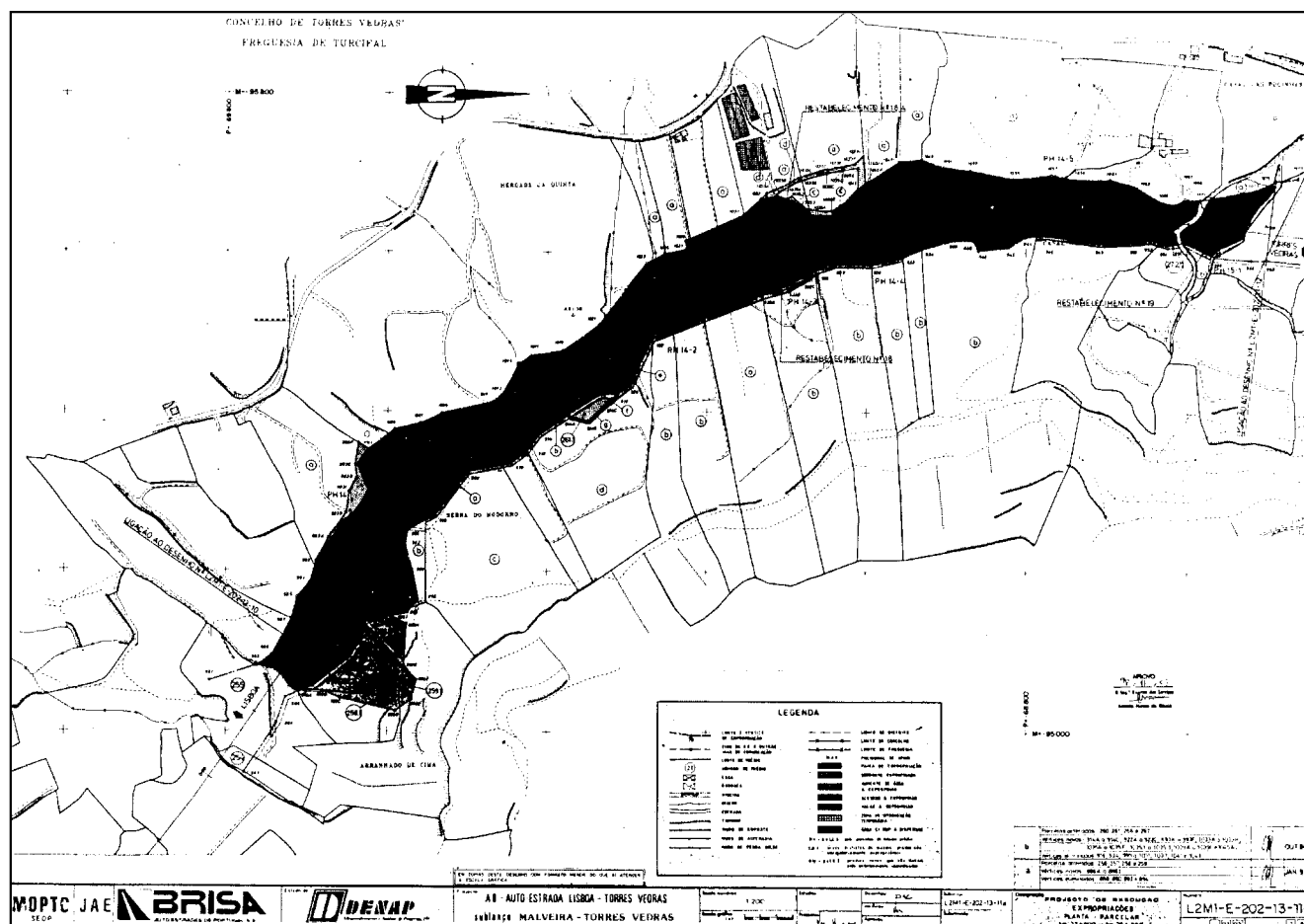
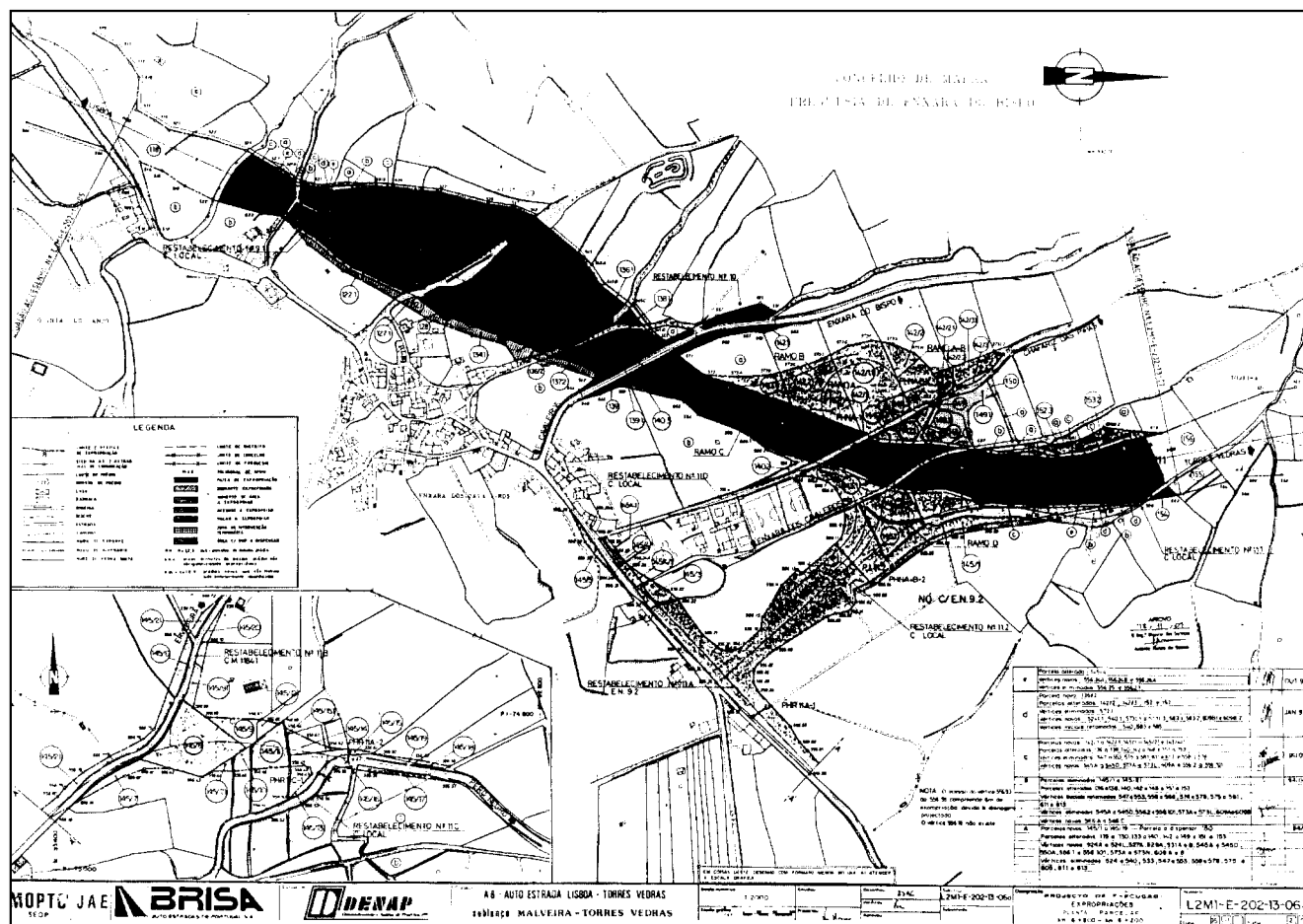
Desenho n.º L2M1-E-202-13-11b

Data: Outubro de 1998

Número das parcelas	Nomes e moradas dos proprietários actuais	Referências			Áreas (metros quadrados)							
		Matriz		Registo predial	Do prédio			Auto- -estrada	Acessos e valas	Sobrantes	Restantes	
		Rústica	Urbana		Cadastro	Registo predial	Plantas parcelares					
260	Maria José Mota Vicente, Cadriceira, Turcifal, telefone: 061-951826.	Artigo 9, secção CC		D. 76 592, livro B-197, fl. 140	34 600		34 600	16 050				a) 15 810
261	Fernando Vilaverde Apolinário, Avenida de Humberto Delgado, 9, 1.º, esquerdo, Torres Vedras.	Artigo 1, secção I			981 240		N. L.	1) (*) 1 310	a) 510			c) 28 010
								1) (*) 504	b) 312			d) 25 320
								f) 260	e) 328			
									g) (*) 276			
266	António dos Santos Roque, Cadriceira, Turcifal, telefone: 061-951402.	Artigo 40, secção H		D. 76 165, livro B-196, fl. 108	44 880		44 880	7 690	280			a) 13 311
								1) (*) 217	d) (*) 270			b) 21 923
								2) (*) 19				c) 700
267	Vítor Duarte Cristóvão, Mugideira, Turcifal, telefone: 951616.	Artigo 39, secção H		D. 447, Turcifal	48 860		48 860	5 720	280			a) 17 114
								1) (*) 168	d) (*) 763			b) 22 140
												c) 2 675
	Totais							(*) 2 218	(*) 1 309			

(*) Aumento de área a expropriar.





Comissão de Coordenação da Região do Alentejo

Aviso n.º 3226/99 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Janeiro de 1999 do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, foram promovidos às categorias abaixo indicadas os seguintes funcionários do quadro de pessoal dos gabinetes de apoio técnico da CCR Alentejo:

Fernando Luís Rodrigues Sequeira — técnico superior principal, escalão 1/510.
 Fernando da Cruz Mouro — técnico superior principal, escalão 1/510.
 Maria Iria Machado Cavaco dos Santos — assistente administrativo principal, escalão 4/245.
 Saudade Rosa Rocha Morais Pólvora — desenhadora especialista, escalão 3/285.
 Francisco Manuel Belfo Malhado — desenhador especialista, escalão 1/260.
 Fernando António de Oliveira Travassos — assessor principal, escalão 1/710.
 João Cândido Palma Delgado Alves — fiscal técnico de obras principal, escalão 1/230.
 Maria do Rosário Galhanas Batista Rodrigues Pires, operadora de sistemas de 2.ª classe do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo — promovida a operadora de sistemas de 1.ª classe do mesmo quadro de pessoal, a que corresponde o escalão 1/305 da tabela de vencimentos do regime geral da função pública.

(Os processos referidos estão isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Florival Ramalhinho*.

Aviso n.º 3227/99 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 1999 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, foram nomeados, em regime de substituição, nos cargos dirigentes abaixo indicados os seguintes funcionários da CCR do Alentejo, com efeitos reportados a 10 de Outubro de 1998:

António José Valente Theotónio, chefe de divisão — director do Núcleo de Beja da CCR do Alentejo.
 Armando José da Silva Marques — chefe da Divisão de Estatística e Informática.
 Maria da Conceição Garcia Barradas — chefe da Divisão dos Sectores Económicos e do Plano Regional.
 Maria de Lurdes Carneiro Vieira da Silva Pereira Lopes — chefe da Divisão dos Sectores Sociais e Culturais.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Florival Ramalhinho*.

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 3228/99 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Novembro de 1998 do presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo:

Susana Maria Souto do Rosário Sebastião Simões, contratada a termo certo ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 81-A/96, de 21 de Junho, e 103-A/97, de 28 de Abril, no Gabinete de Apoio Técnico de Torres Novas, da área de actuação da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo — nomeada definitivamente no quadro do Gabinete de Apoio Técnico de Torres Novas, após concurso, na categoria de assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, escalão 1, índice 190, ficando com o contrato que vem exercendo caducado a partir da data da assinatura do termo de posse. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Maria Rosa Fradinho*.

Comissão de Coordenação da Região do Norte

Aviso n.º 3229/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Novembro de 1998 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território:

Fernando Augusto Gonçalves, técnico superior de 1.ª classe do quadro dos gabinetes de apoio técnico da área de actuação da Comissão de Coordenação da Região do Norte — autorizada a equiparação a bolseiro para frequentar o curso de mestrado, especialização em Engenharia Civil, opção de Estruturas, Geotecnia e Fundações, promovido pela Universidade do Minho.

Por despacho de 13 de Janeiro de 1999 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território:

Fernanda Rute Nascimento Paixão de Freitas Gonçalves, técnica superior de 1.ª classe do quadro dos gabinetes de apoio técnico da área de actuação da Comissão de Coordenação da Região do Norte — autorizada a equiparação a bolseiro para frequentar o curso de mestrado em Vias de Comunicação na Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto.

22 de Janeiro de 1998. — A Administradora, *Teresa do Rosário*.

Aviso n.º 3230/99 (2.ª série). — Em virtude de não ter sido feita publicidade em órgão de imprensa de expansão nacional, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, informa-se que o prazo referido no n.º 1 do aviso de abertura do concurso interno de ingresso de provimento de um lugar de motorista de ligeiros do quadro da Comissão de Coordenação da Região do Norte [aviso n.º 18 200/98 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 268, de 19 de Novembro de 1998] se conta de novo a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

25 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Teresa do Rosário*.

Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Externas

Despacho n.º 2925/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, autorizo o pessoal do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Externas a prestar trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal e feriados durante o corrente ano, em situações devidamente justificadas e em que tal se comprove necessário e estritamente indispensável ao bom andamento do serviço.

21 de Janeiro de 1999. — O Director, *Romeu Reis*.

Inspecção-Geral da Administração do Território

Despacho (extracto) n.º 2926/99 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 1999 do inspector-geral da Administração do Território, foi autorizada a recuperação de vencimento de exercício à seguinte funcionária:

Orquídea Custódio Silva Lopes Bugalho Louro, programadora-adjunta de 1.ª classe — 5 dias, referentes ao ano de 1999.

28 de Janeiro de 1999. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Aviso n.º 3231/99 (2.ª série). — Para os devidos efeitos se faz público que se encontram afixadas no átrio deste Laboratório Nacional as listas de classificação final dos candidatos admitidos aos concursos internos gerais de acesso às categorias de técnico-adjunto de 1.ª classe, técnico-adjunto especialista e de técnico-adjunto especialista de 1.ª classe das carreiras de técnico-adjunto experimentador e de técnico de 1.ª classe e de técnico principal das carreiras de técnico experimentador, abertos por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 3 de Julho de 1998, cujas actas foram homologadas por meus despachos de 22 de Janeiro de 1999.

Da homologação cabe recurso para o Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, no prazo de oito dias úteis, com dilação de três dias, contados a partir da data do registo do envio das fotocópias das respectivas listas aos candidatos, se for caso disso.

25 de Janeiro de 1999. — O Director, *Rui M. Correia*.

Despacho (extracto) n.º 2927/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Dezembro de 1998:

Drs. Miguel José Gamboa da Silva e Lourival de Oliveira Trovisco, técnicos superiores de 2.ª classe da carreira técnica superior — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores de 1.ª classe da carreira técnica superior, escalão 1, índice 460, com efeitos a partir da data do despacho, por urgente conveniência de serviço. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Director, *Rui M. Correia*.

Despacho (extracto) n.º 2928/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Dezembro de 1998:

Engenheira Célia Maria Passos Pereira, estagiária de investigação, em regime de contrato a termo certo, deste Laboratório Nacional — rescindido o contrato, a seu pedido, a partir de 4 do corrente mês. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Director, *Rui M. Correia*.

Despacho (extracto) n.º 2929/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Janeiro de 1999, por subdelegação:

Arquitecto José Manuel Pinto Duarte, assistente de investigação, em regime de contrato administrativo de provimento, deste Laboratório Nacional — concedida a equiparação a bolseiro fora do País, sem direito a remuneração, com efeitos desde 1 de Fevereiro de 1999 e pelo período de dois anos, em continuação de igual situação em que se encontrava desde 1 de Fevereiro de 1996. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Director, *Rui M. Correia*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 2930/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 21 de Janeiro de 1999:

Maria José Rodrigues de Carvalho — contratada em regime de contrato de trabalho a termo certo, por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções no Cartório Notarial de Montalegre, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000\$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — A Notária, *Constança Augusta Barreto de Oliveira*.

Despacho n.º 2931/99 (2.ª série). — Por despachos de 27 de Janeiro de 1999 do director-geral:

Licenciada Fernanda Baptista Varela Vilaça Ramos, conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Monforte — nomeada conservadora dos Registos Civil e Predial e notária de Chamusca e exonerada à data da posse do novo lugar.

Licenciada Maria das Necessidades Mendes Espadinha Lopes, conservadora dos Registos Civil e Predial do Sardoal — nomeada conservadora dos Registos Civil e Predial de Constância e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciado António José Neto Gomes, conservador dos Registos Civil e Predial e notário de Alter do Chão — nomeado conservador dos Registos Civil e Predial da Golegã e exonerado à data da posse no novo lugar.

Licenciada Paula Marina Oliveira Calado Almeida Lopes, notária de Cuba — nomeada, interinamente, conservadora dos Registos Civil e Predial de Óbidos.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Aviso n.º 3232/99 (2.ª série). — Faz-se público que à lista de classificação final do concurso externo de ingresso para o preenchimento de 372 lugares de guarda prisional de 2.ª classe do corpo da Guarda Prisional desta Direcção-Geral, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 25 de Outubro de 1996, foi abatido o candidato João Luís Cordeiro Faria, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, por ter apresentado documento que não faz prova das condições necessárias para o provimento.

28 de Janeiro de 1999. — O Director-Geral, *Celso José das Neves Manata*.

Despacho (extracto) n.º 2932/99 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Dezembro de 1998 do subdirector-geral dos Serviços Prisionais:

Jorge Manuel Beirão Santos — guarda prisional de 2.ª classe colocado nos serviços centrais — DAAE — exonerado, a seu pedido, das funções de motorista.

Por despachos de 23 de Dezembro de 1998 do subdirector-geral dos Serviços Prisionais:

Paulo Jorge Nunes Velez, guarda prisional de 2.ª classe colocado nos serviços centrais — DVSL — nomeado motorista.

António José Pita Pereira Gonçalves, Duarte Nuno Henriques Barros Costa, Franklim Spínola Catanho, José Ricardo Alves Nunes, José Manuel Moreira Sousa, José Manuel Lemos, Jorge Amaro Martins Garcia, João Aurélio Abreu Barros e Silvino Marcelo Gomes Silva, guardas prisionais de 2.ª classe colocados no Estabelecimento Prisional do Funchal — nomeados motoristas.

Manuel Abreu Corte, guarda prisional principal colocado no Estabelecimento Prisional do Funchal — exonerado, a seu pedido, das funções de motorista.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — O Director-Geral, *Celso José das Neves Manata*.

Rectificação n.º 352/99. — Por ter havido inexactidão na publicação do despacho referente a Vítor Manuel Santos Castanheira Dias, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 1 de Outubro de 1998, rectifica-se que onde se lê «27 de Setembro de 1998» deve ler-se «6 de Janeiro de 1998».

18 de Janeiro de 1999. — O Director-Geral, *Celso José das Neves Manata*.

Rectificação n.º 353/99. — Na sequência de interposição de recurso hierárquico, foi, por despacho do director-geral dos Serviços Prisionais de 10 de Janeiro de 1999, homologada a alteração da lista de classificação final, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, nos seguintes termos:

Onde se lê:

236.º Humberto Ferreira Viseu	15,008
237.º Jorge Manuel Alves Nogueira	15,002
238.º Manuel Dias Costa Serra	14,999
239.º Daniel Seguro Rodrigues	14,991
240.º Paulo Alexandre Faustino Conceição	14,971
241.º Joaquim José Pia Belga	14,965
242.º Alfredo Bernardo	14,960
243.º David José Oliveira Simão	14,955
244.º Gabriel Conceição Costa Osório	14,922
245.º Joaquina Duarte Fernandes Horta	14,917

deve ler-se:

236.º Humberto Ferreira Viseu	15,008
237.º Gabriel Conceição Costa Osório	15,005
238.º Jorge Manuel Alves Nogueira	15,002
239.º Manuel Dias Costa Serra	14,999
240.º Daniel Seguro Rodrigues	14,991
241.º Paulo Alexandre Faustino Conceição	14,971
242.º Joaquim José Pia Belga	14,965
243.º Alfredo Bernardo	14,960
244.º David José Oliveira Simão	14,955
245.º Joaquina Duarte Fernandes Horta	14,917

28 de Janeiro de 1999. — O Director-Geral, *Celso José das Neves Manata*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Delegação Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 2933/99 (2.ª série). — Por despacho do director regional de 31 de Dezembro de 1998:

Olga Maria Mendonça Alves Teixeira, técnica-adjunta especialista do quadro da Direcção-Geral da Administração Pública — transferida para o quadro da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

do Ministério da Economia, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999.

2 de Fevereiro de 1999. — O Director Regional, *Alberto Mariano dos Santos*.

Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência

Rectificação n.º 354/99. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, p. 1140, despacho (extracto) n.º 1429/99, rectifica-se que onde se lê:

Licenciada Elsa Ornelas Gomes de Assunção Godinho, assessora da carreira técnica superior do quadro da ex-Direcção-Geral de Concorrência e Preços — chefe da Divisão de Práticas Anticoncorrenciais da Direcção de Serviços de Estudos e de Política Nacional do Comércio e da Concorrência.

Licenciada Maria Clotilde Freitas da Silva Cavaco de Aguiar Pedro, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro da ex-Direcção-Geral do Comércio — chefe da Divisão de Novas Técnicas e Tecnologias e Formação Profissional da Direcção de Serviços de Investimento e Inovação no Comércio.

deve ler-se:

Licenciada Elsa de Ornelas Gomes da Assunção Godinho, assessora da carreira técnica superior do quadro da ex-Direcção-Geral de Concorrência e Preços — chefe da Divisão de Práticas Anticoncorrenciais da Direcção de Serviços de Estudos e de Política Nacional do Comércio e da Concorrência.

Licenciada Maria Clotilde Freitas da Silva Cavaco de Aguiar Pedro, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro da ex-Direcção-Geral do Comércio — chefe da Divisão de Novas Técnicas e Tecnologias e Formação Profissional da Direcção de Serviços de Investimento e Inovação no Comércio.

2 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Laurentina da Graça*.

Inspecção-Geral de Jogos

Aviso n.º 3233/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Janeiro de 1999, proferido ao abrigo da subdelegação prevista na alínea l) do despacho n.º 4343/98, de 27 de Fevereiro, do Secretário de Estado do Turismo:

Licenciado Cândido da Costa Pires, inspector de jogos de 1.ª classe da carreira técnica superior de inspecção do quadro de pessoal da Inspecção-Geral de Jogos — autorizado a regressar ao serviço, finda a licença sem vencimento de longa duração. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Inspector-Geral, *José Ramos Alexandre*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2934/99 (2.ª série). — Considerando a necessidade de garantir as adequadas condições de funcionamento do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, com vista à eficácia de resultados que lhe é exigível ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo no seu director, Francisco Cabral Cordovil, a seguinte competência, no âmbito das atribuições do respectivo organismo:

- 1) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário nos termos das alíneas b) e d) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- 2) Autorizo o director a subdelegar, no todo ou em parte e dentro dos condicionalismos legais, a competência que lhe é conferida por este despacho;

3) O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

31 de Dezembro de 1998. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Manuel Capoulas Santos*.

Gabinete do Secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar

Despacho n.º 2935/99 (2.ª série). — Exonero, a seu pedido, o licenciado Rui Carlos Florindo Esgaio do lugar de adjunto do meu Gabinete, para o qual tinha sido nomeado pelo meu despacho de 4 de Janeiro de 1999, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 21 de Janeiro de 1999.

31 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar, *Luís Medeiros Vieira*.

Louvor n.º 50/99. — No momento em que cessa, a seu pedido, as funções de adjunto do meu Gabinete, aprez-me destacar a forma eficiente e dedicada como o licenciado Rui Carlos Florindo Esgaio desempenhou todas as tarefas de que foi incumbido.

31 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar, *Luís Medeiros Vieira*.

Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 2936/99 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do despacho n.º 21 899/98 (2.ª série), de 3 de Outubro, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 291, de 18 de Dezembro de 1998, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do n.º 5 da deliberação de 21 de Dezembro de 1998 do conselho administrativo da Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, o presidente do conselho administrativo e director-geral da Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural subdelega e delega os poderes para a prática dos seguintes actos:

1 — Subdelegar no subdirector-geral, licenciado em Economia Nélson Heitor, as seguintes competências:

1.1 — Autorizar as despesas com obras e aquisições de serviços e bens, a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, até ao limite de 45 000 contos;

1.2 — Autorizar as despesas relativas à execução de planos plurianuais legalmente aprovados, a que se refere o n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, até ao limite de 180 000 contos;

1.3 — Autorizar as despesas sem concurso ou contrato escrito, a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, atentos os condicionalismos legais, até ao limite de 12 000 contos;

1.4 — Autorizar as despesas no âmbito dos n.ºs 5 e 7 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, até ao limite, respectivamente, de 3000 e de 5400 contos;

1.5 — Autorizar a adjudicação de vendas de produtos, nomeadamente de explorações próprias ou cometidas à responsabilidade da Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural para o desenvolvimento da sua actividade e aprovação das respectivas minutas de contratos, nos termos do regime geral aplicável, com as necessárias adaptações, à aquisição de bens e serviços para os organismos do Estado e dentro dos limites de competências estabelecidos nesta deliberação para a realização de despesas;

1.6 — Autorizar as despesas resultantes de indemnizações a terceiros ou da recuperação de bens afectos aos serviços danificados por acidentes com intervenção de terceiros, até ao limite de 1000 contos;

1.7 — Autorizar deslocações no âmbito da União Europeia e dentro dos condicionalismos legais;

1.8 — Autorizar a prestação de trabalho extraordinário nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos dos artigos 27.º, n.º 3, alínea d), e 34.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

1.9 — Conceder licenças de vencimento por um ano;

1.10 — Assinar o termo de aceitação ou conferir posse ao pessoal;

1.11 — Autorizar viaturas do Estado a atravessar a fronteira;

1.12 — Autorizar o processamento de despesas resultantes de acidentes em serviço, até ao limite de 1000 contos;

1.13 — Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços, até ao montante de 1000 contos anuais;

1.14 — Superintender na gestão financeira e patrimonial da Direcção-Geral;

1.15 — Administrar as dotações inscritas nos orçamentos e autorizar a realização e pagamentos das despesas;

1.16 — Zelar pela cobrança das receitas e promover o seu depósito;
1.17 — Aprovar e contratar as vendas de artigos e produtos que constituam receita própria da Direcção-Geral;

1.18 — Contratar e adjudicar estudos, obras, trabalhos, serviços, fornecimentos de materiais, equipamentos e tudo o mais indispensável ao funcionamento dos serviços;

1.19 — Promover a desafecção de bens, coisas ou direitos considerados inúteis ou dispensáveis do património a cargo da Direcção-Geral;

1.20 — Aprovar a concessão de subsídios e ajudas financeiras que beneficiem outras entidades.

2 — Delegar no subdirector-geral, licenciado em Economia Nelson Heitor, membro do conselho administrativo, as competências referidas no mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, pelos n.ºs 15 a 22, 26 a 29 e 31, 32 e 35 a 39.

3 — O presente despacho ratifica todos os actos praticados pelo subdirector geral no âmbito das competências subdelegadas e delegadas.

23 de Dezembro de 1998. — O Director-Geral, *Miguel João Pisoeiro de Freitas*.

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Despacho (extracto) n.º 2937/99 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 1998 da directora-geral de Protecção das Culturas:

Pedro Paulo do Carmo Martinho e Odília Teixeira Rodrigues, contratados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, para o exercício de funções correspondentes às de técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de técnico auxiliar — integrados, após prévia aprovação em concurso, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de técnico auxiliar, integração que, por ausência, até ao momento, de aprovação do quadro da Direcção-Geral de Protecção das Culturas, se opera em situação definitiva em mapas que deverão integrar o referido quadro, considerando-se rescindidos os respectivos contratos na data de posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — A Directora-Geral, *Amélia Frazão*.

Despacho (extracto) n.º 2938/99 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 1998 da directora-geral de Protecção das Culturas:

Maria Delfina Nunes Robalo Araújo, contratada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, para o exercício de funções de terceiro-oficial administrativo da carreira de oficial administrativo — integrada, após prévia aprovação em concurso, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de terceiro-oficial administrativo da carreira de oficial administrativo, integração que, por ausência, até ao momento, de aprovação do quadro da Direcção-Geral de Protecção das Culturas, se opera em situação de nomeação definitiva em mapas que deverão integrar o referido quadro, considerando-se rescindido o respectivo contrato na data de posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — A Directora-Geral, *Amélia Frazão*.

Direcção Regional de Agricultura do Algarve

Despacho (extracto) n.º 2939/99 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Outubro de 1998 do director regional de Agricultura do Algarve:

José Manuel Martins Lucas, contratado a termo certo ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, mediante concurso, na categoria de técnico-adjunto de 2.ª classe da carreira de técnico-adjunto de pecuária, escala 1, índice 190, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve. Foi reconhecida a urgente conveniência de serviço, pelo que a integração no referido quadro tem efeitos a partir de 1 de Novembro de 1998, data da posse e, simultaneamente, da cessação do respectivo contrato. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *João José Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 2940/99 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 1998 do Director Regional de Agricultura do Algarve:

Luís Pedro Fernandes de Sousa Lapa e Borges, contratado a termo certo ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, mediante concurso, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de jurista, escala 1, índice 380, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, a extinguir quando vagar. Foi reconhecida a urgente conveniência de serviço, pelo que a integração no referido quadro tem efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 1998, data da posse e, simultaneamente, da cessação do respectivo contrato. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *João José Ferreira*.

Rectificação n.º 355/99. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1999, a p. 423, rectifica-se que onde se lê «na categoria de técnico auxiliar da carreira de» deve ler-se «na categoria de técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de»

22 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *João José Ferreira*.

Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente

Contrato (extracto) n.º 448/99. — Autorizado por despachos de 29 de Junho e de 21 de Setembro de 1998 respectivamente dos Secretários de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa e do Orçamento:

Ana Cristina dos Reis Lopes Galamba — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, com a categoria de técnico de 2.ª classe da carreira de técnico e a remuneração de 157 700\$, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente, (*Assinatura ilegível*.)

Despacho (extracto) n.º 2941/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente:

Daniel António Barbosa Bárrio Vieira, assessor principal da carreira de engenheiro do quadro do ex-Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural — autorizada a prorrogação da licença sem vencimento por mais um ano, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *João Saraiva*.

Despacho (extracto) n.º 2942/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente:

Luís António Lopes do Nascimento Freches, técnico de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico do quadro do ex-Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural — autorizada a prorrogação da licença sem vencimento por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *João Saraiva*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária

Despacho (extracto) n.º 2943/99 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Janeiro de 1999 do presidente do INIA:

Maria do Céu Elias Maximino Mimoso, Maria Paula dos Reis Varela Martins Firme e Maria Clotilde Barradas Cassola Sousa Galvão Teles, afectas ao Departamento de Reclassificação, Reversão e Colocação de Pessoal, criado na Direcção-Geral da Administração Pública — integradas no quadro deste Instituto na categoria de técnicas superiores de 1.ª classe, respectivamente da carreira de engenheiro e da carreira de técnico superior, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, ficando posicionadas no escalão 3, índice 465, com efeitos desde

8 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho (extracto) n.º 2944/99 (2.ª série). — Por despachos do vice-presidente do INIA de 27 de Novembro de 1998, na qualidade de substituto legal:

Fernando Pedro da Silva Januário, contratado a termo certo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, precedendo concurso, auxiliar administrativo da carreira de auxiliar administrativo (escalão 1, índice 115) do quadro de pessoal do INIA, conforme determina o Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, cessando o respectivo contrato ao tomar posse do lugar.

Ana Paula Cachapa Lourenço e Maria Catarina Gomes Pereira Caranca, contratadas a termo certo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, viveiristas da carreira de viveirista (escalão 1, índice 115) do quadro de pessoal do INIA, conforme determina o Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, cessando os respectivos contratos ao tomarem posse dos lugares.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho (extracto) n.º 2945/99 (2.ª série). — Por despachos de 30 de Dezembro de 1998 e de 26 de Janeiro de 1999, respectivamente do presidente do INIA e do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho:

Maria Dinis Ferreira Belo Temudo Louro, técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro do Instituto da Vinha e do Vinho — transferida para o quadro deste Instituto para idêntica categoria, ficando colocada na Estação Agronómica Nacional, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999, considerando-se exonerada das funções anteriores a partir da data da aceitação do lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária

Despacho n.º 2946/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Julho de 1998 do director do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, tendo em vista a regularização do pessoal contratado a termo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, são nomeados definitivamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário, escalão 1, índice 400, conforme anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, precedendo concurso, nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, em lugares previstos em mapa elaborado em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 3.º do supracitado diploma, e que deverão integrar o futuro quadro de pessoal do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, considerando-se rescindidos os respectivos contratos à data da aceitação do lugar:

Maria do Rosário Cajada Vieira.
Fernanda Maria Rodrigues Ramos.
Ana Paula Antunes Mendonça Proença Fortuna.
Maria José Campos Champalimaud de Bragança Barahona.
Maria José Sequeira Gentil de Almeida Gerardo.
Teresa Maria Martins Fagulha.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Director, *Alexandre José Galo*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2947/99 (2.ª série). — Ouvidos o Secretário de Estado do Ensino Superior e o presidente do Instituto Politécnico

de Lisboa, concedo, nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, a equiparação a bolseiro à professora-coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa Teresa Maria Sena Vasconcelos, a partir de 13 de Fevereiro de 1999 e até ao final do ano lectivo de 1998-1999.

22 de Janeiro de 1999. — O Ministro da Educação, *Eduardo Carreira Marçal Grilo*.

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior

Despacho n.º 2948/99 (2.ª série). — Em face do resultado eleitoral de 11 de Dezembro de 1998, homologado, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, a eleição do licenciado Luciano Santos Rodrigues de Almeida como presidente do Instituto Politécnico de Leiria.

22 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado do Ensino Superior, *Alfredo Jorge Silva*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3234/99 (2.ª série). — Faz-se público que a lista de classificação final do concurso interno geral de ingresso para preenchimento de 20 vagas na categoria de técnico de 2.ª classe da carreira de engenheiro técnico do quadro único do pessoal dos organismos e serviços centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 1 de Abril de 1998, poderá ser consultada nos seguintes locais:

Lisboa — Secretaria-Geral — CIREP, Avenida de 5 de Outubro, 107, rés-do-chão, e Avenida de 24 de Julho, 134-C;
Porto — Direcção Regional de Educação do Norte, Rua de António Carneiro, 8;
Coimbra — Direcção Regional de Educação do Centro, Rua do General Humberto Delgado, 319;
Évora — Direcção Regional de Educação do Sul, Alcárcova de Baixo, 6;
Faro — Direcção Regional de Educação do Algarve, Largo do Campo da Feira, 22.

26 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Júri, *José António Fraga Carneiro*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de São José de Fafe

Aviso n.º 3235/99 (2.ª série). — Concurso interno geral de ingresso na categoria de enfermeiro, nível 1, publicado por aviso no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 29 de Outubro de 1998 — lista de classificação dos candidatos:

	Valores
Ana Maria Machado Gonçalves Reis	18,2
Maria Janine Machado	13,8
José Carlos Ferreira Arcipreste	13,4

5 de Janeiro de 1999. — O Júri, (*Assinaturas ilegíveis*.)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Casa Pia de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 2949/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Janeiro de 1999:

Maria Lisete Nunes — nomeada assistente administrativa do quadro de pessoal da Casa Pia de Lisboa em comissão de serviço e pelo período de um ano, precedendo concurso, sendo-lhe atribuída a remuneração correspondente ao índice 190, 1.º escalão. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo*.

Despacho (extracto) n.º 2950/99 (2.ª série). — Por despachos dos Secretários de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa e do Orçamento, respectivamente de 16 de Julho e de 26 de Outubro de 1998:

Maria Teresa Firmino Cansado Valente Costa Madeira — celebrado contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, por urgente conveniência de serviço, como técnica de 2.ª classe de diagnóstico e terapêutica.

Por despacho do Secretário de Estado da Inserção Social de 18 de Dezembro de 1998:

Elisabete Maria Conceição Costa Rombert — celebrado contrato administrativo de provimento como docente do 10.º grupo-A do 3.º ciclo do ensino básico, com início em 25 de Novembro de 1998.

(Isentos de visto do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo*.

Centro Nacional de Pensões

Aviso n.º 3236/99 (2.ª série). — Concurso interno geral de ingresso para preenchimento de 120 lugares na categoria de terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo do quadro de pessoal do Centro Nacional de Pensões, aberto por aviso publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 218, de 20 de Setembro de 1997. — Nos termos do artigo 70.º, n.º 1, alínea d), do Código do Procedimento Administrativo, notificam-se os candidatos classificados no concurso acima referido de que foi interposto recurso, com efeito suspensivo, para o Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais, da homologação da lista de classificação final, pelos candidatos Manuel Jorge do Carmo Marques e Maria Leonor Cavaco Pegas Gamito Pereira.

Os contra-interessados ficam também notificados para alegarem, no prazo de 15 dias, o que tiverem por conveniente sobre o pedido e os fundamentos dos mencionados recursos, para o que poderão consultar os processos, nas horas normais de expediente, no Núcleo de Gestão de Pessoal do Centro Nacional de Pensões, na Avenida de João Crisóstomo, 67, 2.º, Lisboa.

28 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços, *Clemente Galvão*.

Centro Regional de Segurança Social do Centro

Serviço Sub-Regional de Aveiro

Deliberação (extracto) n.º 86/99. — Por deliberação de 20 de Janeiro de 1999 do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Centro:

Maria Manuela da Silva, auxiliar de serviços gerais — nomeada, por urgente conveniência de serviço, ajudante de microfilmagem da carreira de ajudante de microfilmagem, em comissão de serviço, considerando-se exonerada da categoria de origem a partir da data da conversão desta nomeação em definitiva. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Director, *José de Almeida Valente*.

Deliberação (extracto) n.º 87/99. — Por deliberação de 20 de Janeiro de 1999 do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Centro:

António José da Silva — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento para frequência de estágio de ingresso na categoria de programador da carreira de programador. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Director, *José de Almeida Valente*.

Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Contrato n.º 449/99. — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo de 5 de Janeiro de 1999, foi autorizada a celebração de um contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com Ana Maria Vieira Fernandes Afonso Henriques Correia, para o exercício de funções de ajudante de microfilmagem no serviço regional,

com início em 11 de Janeiro de 1999, tendo como objecto a continuação do contrato anteriormente celebrado com Ana Isabel Glória Vicente Duarte, que foi rescindido a partir de 21 de Setembro de 1998. O presente contrato poderá ser renovado pelo período de um ano, contado desde 4 de Abril de 1999, findo o qual será automaticamente rescindido, de acordo com o n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. [Este contrato está isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto. Não são devidos emolumentos.]

15 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Contrato n.º 450/99. — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo de 24 de Novembro de 1998, foi autorizada a celebração de um contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com Fernando Artur Rodrigues Tomaz, para o exercício de funções técnicas superiores na área de gestão/economia, no âmbito do projecto do rendimento mínimo garantido, no serviço regional, com início em 30 de Novembro de 1998, tendo por objecto a continuação do contrato anteriormente celebrado com Marco Paulo da Fonseca Madeira, que foi rescindido a partir de 1 de Novembro de 1998. O presente contrato poderá ser renovado pelo período de um ano, contado desde 29 de Outubro de 1999, findo o qual será automaticamente rescindido, de acordo com artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 40/98, de 27 de Fevereiro. [Este contrato está isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto. Não são devidos emolumentos.]

15 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Contrato n.º 451/99. — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo de 22 de Dezembro de 1998, foi autorizada a celebração de um contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com Cristina Maria Almeida Carola Marques Moura, para o exercício de funções de ajudante de microfilmagem no serviço regional, com início em 4 de Janeiro de 1999, tendo como objecto a continuação do contrato anteriormente celebrado com Nuno Filipe Almeida Vicente, que foi rescindido a partir de 7 de Setembro de 1998. O presente contrato poderá ser renovado pelo período de um ano, contado desde 12 de Abril de 1999, findo o qual será automaticamente rescindido, de acordo com o n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. [Este contrato está isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto. Não são devidos emolumentos.]

15 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Deliberação n.º 88/99. — Por deliberação de 16 de Junho de 1998 do conselho directivo:

Vanda Gabriela Piedade Cruz Ruivo, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo — nomeada, após concurso e por conveniência urgente de serviço, na categoria de chefe de secção, do mesmo quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, alterado pela Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Deliberação n.º 89/99. — Por deliberação de 19 de Janeiro de 1999 do conselho directivo deste Centro Regional, foram nomeados, após concurso, definitivamente na categoria de operador de sistema de 1.ª classe da carreira de operador de sistema, área de informática, do quadro de pessoal deste Centro Regional, aprovado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, com as alterações constantes da Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho:

Maria Manuela Fonseca Louro, operadora de sistemas de 1.ª classe da carreira de operador de sistema, área de informática, do quadro de pessoal do Centro Nacional de Pensões.

Maria Teresa Gaspar Duque, Maria Margarida Velez Ribeiro Matos e Francisco Fitas Travanca da Fonseca, operadores de sistema de

2.ª classe da carreira de operador de sistema, área de informática, do quadro de pessoal deste Centro Regional.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Deliberação n.º 90/99. — Por deliberação de 24 de Novembro de 1998 do conselho directivo deste Centro Regional:

Mercedes Guerreiro Santos Martins Mano, técnica-adjunta especialista da carreira de monitor do quadro de pessoal deste Centro Regional — nomeada, precedendo concurso, na categoria de técnica-adjunta especialista de 1.ª classe da mesma carreira, definitivamente, do quadro de pessoal do mesmo Centro Regional, aprovado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Deliberação n.º 91/99. — Por deliberação de 7 de Dezembro de 1998 do conselho directivo:

Paulo Jorge Maia Domingues, auxiliar de acção educativa do quadro de pessoal da Escola Secundária do Dr. Azevedo Neves — nomeado, após concurso, por urgente conveniência de serviço e em regime de comissão de serviço extraordinária, estagiário da categoria de operador de sistemas de 2.ª classe do quadro de pessoal deste Centro Regional, criado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Deliberação n.º 92/99. — Por deliberação de 12 de Janeiro de 1999 do conselho directivo:

Mário José Cândido Malheiro, operário da carreira de marceneiro, António Bruno Machado Ferreira, operário da carreira de estofador, e Mário Santos Albuquerque, António Brás Medina dos Santos e António Jorge Pais Lopes, operários da carreira de serralheiro mecânico, do quadro de pessoal deste Centro Regional — nomeados, após concurso, definitivamente e por urgente conveniência de serviço, na categoria de operário principal das respectivas carreiras do quadro de pessoal deste Centro Regional, criado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, com as alterações constantes da Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho, sendo exonerados do cargo anterior a partir da data de aceitação na nova categoria. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Despacho n.º 2951/99 (2.ª série). — Por despacho do vogal do conselho directivo deste Centro Regional de 15 de Janeiro de 1999, proferido por delegação e por deliberação da direcção do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais de 15 de Janeiro de 1999:

Elsa Cristina da Silva Casca Cerqueira Osório, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais — transferida com a mesma categoria, por urgente conveniência de serviço, para o quadro de pessoal deste Centro Regional, aprovado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, considerando-se exonerada do anterior lugar, com efeitos a partir da data da posse. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Centro Regional de Segurança Social do Norte

Aviso n.º 3237/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 10 de Setembro de 1998:

Rosa Maria Rodrigues Alves — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para a frequência de estágio de ingresso na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de serviço social a afectar ao Serviço Sub-Regional de Viana do Castelo. O contrato teve início em 10 de Setembro de 1998 e confere à contratada a qualidade de agente — n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei

n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Declaração de conformidade homologada em sessão de 17 de Dezembro de 1998.)

18 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Aviso n.º 3238/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 10 de Setembro de 1998:

Lúcia Isabel Paulos Monteiro Silva — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para a frequência de estágio de ingresso na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de serviço social a afectar ao Serviço Sub-Regional de Viana do Castelo. O contrato teve início em 10 de Setembro de 1998 e confere à contratada a qualidade de agente — n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Declaração de conformidade homologada em sessão de 17 de Dezembro de 1998.)

18 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Aviso n.º 3239/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 11 de Dezembro de 1998, acta n.º 258:

Mónica Agostinha Lima Vieira, técnica superior de 2.ª classe, estagiária, em regime de contrato administrativo de provimento desde 16 de Abril de 1998, do quadro de pessoal deste Centro Regional — rescindiu o respectivo contrato, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 1998. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Aviso n.º 3240/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 8 de Janeiro de 1999, acta n.º 262, foi alterada a composição do júri do concurso interno de acesso geral para a categoria de técnico-adjunto principal, carreira de monitor do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social do Norte, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 27 de Novembro de 1998, por impedimento ulteriormente verificado em relação a três dos seus elementos, pelo que a constituição do júri passa a ser a seguinte:

Presidente — José Joaquim Moutinho Araújo, director de estabelecimento.

Vogais efectivos:

Manuel José Reis Pereira, técnico-adjunto especialista de 1.ª classe.

Fernando Costa Brás Cunha, técnico superior de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Feliciano Valente Gonçalves, técnico-adjunto especialista de 1.ª classe.

David Jorge Pinto Barros Guimarães, técnico-adjunto especialista.

19 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Vogal, *M. do Carmo Antunes Silva*.

Aviso n.º 3241/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 8 de Outubro de 1998 e por despacho do director-geral da Direcção-Geral da Administração Pública de 6 de Janeiro de 1999:

Autorizada a integração no quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social do Norte, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril, da técnica-adjunta de 2.ª classe Maria Carminda Valente da Fonseca, oriunda da Administração de Macau, lugar a extinguir quando vagar, automaticamente criado para o efeito. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Aviso n.º 3242/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 18 de Outubro de 1998, acta n.º 249:

Rui Manuel Reis Santos, trabalhador abrangido pelo disposto no Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado, após concurso, na categoria/carreira de auxiliar administrativo para o quadro de pessoal deste Centro Regional, a afectar ao Serviço Sub-Regional

do Porto/Penafiel. (Visto do Tribunal de Contas e declarado conforme em 3 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

20 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Aviso n.º 3243/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 2 de Dezembro de 1998 e por despacho do director-geral da Direcção-Geral da Administração Pública de 31 de Dezembro de 1998:

Autorizada a integração no quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social do Norte, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril, da técnica-adjunta de 2.ª classe Joana Francisca Trigueiros da Silva Cunha Santos, oriunda da Administração de Macau, lugar a extinguir quando vagar, automaticamente criado para o efeito. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Aviso n.º 3244/99 (2.ª série). — Por despachos de 29 de Junho de 1998 do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa de 26 de Outubro de 1998 do Secretário de Estado do Orçamento:

Autorizada a celebração de contratos de trabalho a termo certo, com início em 1 de Janeiro de 1999, ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, entre o Centro Regional de Segurança Social do Norte e os seguintes trabalhadores:

Vigilantes:

António Alberto Domingos Santos Ferreira.
Carlos Alberto Correia Ramos.

Motorista de ligeiros:

Pedro Miguel Gomes.

Técnico profissional de 2.ª classe:

Augusto Ferreira.

Técnica de diagnóstico e terapêutica:

Luísa Maria Figueiredo Gouveia e Silva.

Auxiliar de serviços gerais:

Salomé Vieira Dias Fernandes.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Aviso n.º 3245/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 13 de Novembro de 1998:

António Manuel Sobral Fernandes, técnico de 2.ª classe estagiário, em regime de contrato administrativo de provimento desde 1 de Julho de 1998, do quadro de pessoal deste Centro Regional — rescindiu o respectivo contrato, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 1998. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Aviso n.º 3246/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 30 de Outubro de 1998:

Marco Filipe Morgado Martins Gonçalves, Márcia Cristina Rodrigues de Sousa Tavares, António Luís da Rocha Pacheco, Sónia de Fátima Lopes Barbosa, Amélia Maria Ferreira Maia, António do Nascimento Branco Martins, Manuel da Silva Resende, Sónia Mónica Borges Pinheiro Cardoso, Alina das Neves Nogueira, Filipa de Jesus Ribeiro Manaia, Vitória Judite Alves Felgueiras, Helena Maria Ferreira Nogueira e Maria João Teixeira Cabral — nomeados na categoria de enfermeiro, nível 1, para o quadro de pessoal deste Centro Regional, após concurso, por urgente conveniência de serviço. Nomeações provisórias pelo período probatório de um ano, findo o qual se transformam em definitivas, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Visto

do Tribunal de Contas de 28 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

26 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Aviso n.º 3247/99 (2.ª série). — Por não ter havido opositores ao concurso interno geral de ingresso para a categoria de técnico-adjunto de 2.ª classe da carreira de desenhador de construção civil aberto pelo aviso n.º 18 854/98, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 2 de Dezembro de 1998, foi o mesmo considerado deserto.

1 de Fevereiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Rectificação n.º 356/99. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 481/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1999, a p. 458, rectifica-se que onde se lê «Cristina Raquel Preira Loureiro Teixeira» deve ler-se «Cristina Raquel Poeira Loureiro Ferreira».

22 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Rectificação n.º 357/99. — Por ter sido publicado com inexactidão o anúncio publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 264, de 14 de Novembro de 1998, a p. 16 212, rectifica-se que onde se lê «Luís Augusto Marques da Cunha, assessor da carreira técnica» deve ler-se «Luís Augusto Marques da Cunha, assessor da carreira técnica superior».

26 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Serviço Sub-Regional de Bragança

Aviso n.º 3248/99 (2.ª série). — Nos termos do Decreto-Lei n.º 40/98, de 27 de Fevereiro, foi prorrogado por mais um ano o contrato de trabalho a termo certo celebrado em 19 de Janeiro de 1998 entre o Centro Regional de Segurança Social do Norte e a licenciada Ondina Maria Olmo Frutuoso Teixeira para desempenho de funções inerentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe, no âmbito do rendimento mínimo garantido. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — A Directora, *Alice Augusta da Vera-Cruz Ferreira*.

Serviço Sub-Regional de Viana do Castelo

Despacho n.º 2952/99 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Usando dos poderes que me foram conferidos pelo director do Serviço Sub-Regional de Viana do Castelo, através dos n.ºs 1, 2, 2.2.1 e 4 do seu despacho de delegação e subdelegação de competências n.º 2963/97, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 1 de Julho de 1997, e ainda com base no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego:

1 — Na assistente administrativa especialista Maria Helena Fernandes Passos Coutinho, pelo período em que se mantiver funcionalmente responsável pela Secção de Identificação — Regime Geral, competência para:

Deferir requerimentos de dispensa temporária do pagamento de contribuições, previstos no Decreto-Lei n.º 89/95, de 6 de Maio (1.º emprego);

Deferir requerimentos de redução de taxa contributiva, previstos no Decreto-Lei n.º 299/86, de 19 de Setembro (trabalhadores deficientes);

Deferir pedidos de restituição de contribuições ao abrigo do despacho n.º 33/SESS/92, de 16 de Março;

Deferir pedidos para validação dos períodos de prestação de serviço militar obrigatório;

Proceder à audição de testemunhas, nos termos previstos no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 37/90, de 27 de Novembro.

2 — Na assistente administrativa especialista Eva Sá Pinheiro Brito Silva, pelo período em que se mantiver funcionalmente responsável pela Secção de Identificação — Regime de Trabalhadores Independentes, competência para:

Deferir pedidos de isenção de pagamento de contribuições para o regime de segurança social dos trabalhadores independentes;

Deferir pedidos, nos termos da legislação aplicável, de alterações de base de incidência contributiva;
Deferir pedidos de reembolso de contribuições a crédito dos trabalhadores independentes;
Autorizar transferência de contribuições de TI para outros serviços sub-regionais;
Deferir requerimentos apresentados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 40/89, de 1 de Fevereiro (seguro social voluntário);
Deferir pedidos de restituição de contribuições de trabalhadores independentes consideradas indevidas, nos termos dos artigos 128.º e 129.º do Decreto n.º 45 266, de 23 de Setembro de 1963.

3 — Na assistente administrativa especialista Maria de Lurdes Amorim Silva Barros Alves da Silva, pelo período em que se mantiver funcionalmente responsável pela Secção de Registo de Remunerações, competência para:

Proceder ao registo dos tempos e trabalho e das remunerações;
Despachar os processos de sobreposição de salários ou destes com equivalências.

O disposto no presente despacho reporta-se à data da produção dos efeitos do despacho do director n.º 2963/97, acima referido, que me conferiu tais poderes, convalidando-se todos os actos conformes à presente subdelegação praticados desde então pelas respectivas responsáveis.

26 de Janeiro de 1999. — A Chefe de Repartição, *Maria Teresa Amaral Barbosa*.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Despacho n.º 2953/99 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Janeiro de 1999 do presidente do conselho directivo:

Vitalina Maria Fernandes, assessora principal da Direcção-Geral do Tesouro — requisitada para este Instituto, com efeitos a 18 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — A Directora dos Serviços Administrativos, *Palmira F. P. Gonçalves*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Direcção Regional do Ambiente — Alentejo

Despacho n.º 2954/99 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Janeiro de 1999 do director regional do Ambiente — Alentejo:

André Miguel Moreira da Silva Diegues Ramos, Maria do Rosário Nobre Forra, Jorge Guerreiro dos Santos Garcia, Joaquim Augusto Guiomar Lizardo e João Jorge Sotero Freire, técnicos superiores de 2.ª classe do quadro da Direcção Regional do Ambiente — Alentejo — promovidos, precedendo concurso, à categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro da Direcção Regional do Ambiente — Alentejo, escalão 1, índice 460, considerando-se exonerados do anterior cargo a partir da data da aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *Jorge Pulido Valente*.

Direcção Regional do Ambiente — Algarve

Despacho (extracto) n.º 2955/99 (2.ª série). — Por despacho da directora regional do Ambiente — Algarve de 18 de Novembro de 1998:

Maria Paula Delgado Vaz — nomeada definitivamente, precedendo concurso interno de ingresso nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da Direcção Regional do Ambiente — Algarve, a extinguir quando vagar. (Visto do Tribunal de Contas de 31 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

25 de Janeiro de 1999. — A Directora Regional, *Maria Valentina Filipe Coelho Calisto*.

Direcção Regional do Ambiente — Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 3249/99 (2.ª série). — Concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar vago na categoria de hidrometrista especialista do quadro de pessoal da Direcção Regional do Ambiente — Lisboa e Vale do Tejo. — Para efeitos do disposto do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, informam-se os interessados de que a lista de classificação final, devidamente homologada em 18 de Janeiro de 1999, referente ao concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar vago na categoria de hidrometrista especialista do quadro de pessoal da Direcção Regional do Ambiente — Lisboa e Vale do Tejo, aberto pelo aviso n.º 9998/97, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 1997, se encontra afixada, para consulta, durante as horas normais de expediente, na Rua de Antero de Quental, 44, em Lisboa, na Praça do Visconde Serra do Pilar, 5, 1.º, direito, em Santarém, e na Rua de Alexandre Herculano, 50, 1.º, em Setúbal.

25 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *Joaquim Travanca Capucho*.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho (extracto) n.º 2956/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Novembro de 1998 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

Maria Helena Pacheco Ceia, Maria Gabriela Vaz Moniz dos Santos, Ricardo Jorge da Silva Oliveira Guerreiro, Maria Luísa Sequeira Viana Rodrigues, Carlos Emanuel Domingos do Rosário Ângelo, Alcinda Frutuosa Tavares, Maria da Conceição Ruas da Trindade Maçarico Bernardes, Ana Cristina Victor Cardoso Antunes, Maria da Paz Brojo Correia Moura, António Taveira Bruxelas, Ana Cristina Varela Alves Salgueiro, Ana Maria Esteves Fernandes, Paula Cristina Cardoso Gonçalves, Ana Maria Xavier Cavaco Gonçalves, Ana Isabel Mourisco de Oliveira Alves Correia, Teresa Sofia Nunes dos Santos Castelbranco da Silveira, Paulo José Correia, Cristina Manuela Pereira Machado da Silva, José Manuel Figueiredo Duarte do Nascimento, Maria Olinda Oliveira Saraiva da Costa, André Teixeira Couto, Luísa Maria Lopes Ramos, Maria do Carmo Alves Sarmento de Oliveira, Maria Helena Almeida da Fonseca Fragoso, Marta Maria Varanda de Mira, Maria Madalena Sampaio Lourenço, Cristina Alexandra Tété Garcia, Luís Toste Rego da Vasconcelos Costa, Fernanda Maria Matos da Graça Gordo, José Carlos Madeira Neto Fernandes, Maria de Lurdes Antunes Moraes, João Pedro Louro da Silva Pereira, António José Lopes Segurado, Maria Paula dos Santos Correia Baptista de Abreu, António Jorge Marques Coimbra, Fernando Miguel Henriques Nunes dos Santos, José Carlos de Sousa Figueiredo, Maria Glória Reis da Silva Araújo, Luís Roma de Paços Pereira de Castro, João Mário Madeira Pargana, Jorge Manuel Martins Dias, Teresa Maria Gonzalez Rocha de Magalhães, Alexandra Cerveira Pinto Sousa Lima, Carlos Manuel Alves Pinto, João Paulo Dias Correia da Fonseca, Maria Inês Lopes Leão Trigo, Ana Lúcia Parreira de Vasconcelos Freire e Coutinho, Carla Marisa Pardal Cardoso Freire Quaresma, Emília Paula de Matos Rodrigues e Silva, Ana Paula da Palma Rodrigues, Carlos Manuel Rito da Costa, Dora Raquel Heleno Gaspar, Armando António Nunes de Matos Almeida, Pedro Nuno Azenha da Rocha, Armando Albertino Esteves da Silva Loureiro, Inês Morgado Antunes Barroso, Ana Margarida Torres Rainho, Alda Sofia Teixeira da Fonseca Belo, Luís Miguel da Fonseca Moreira, Rafael Ferrão Neiva, Cristina Maria Faria Alves da Costa, Pedro Bernardo Marques da Silva Rodrigues Sarmento, Ana Cristina Severino Aleixo, Carla Maria Teixeira da Cruz e Elizabete de Jesus Sousa Bizarro, contratados a termo nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, na carreira técnica superior — nomeados definitivamente, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 1998, precedendo concurso, técnicos superiores de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, do quadro do ex-Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, ocupando respectivamente oito vagas existentes, e 57 lugares a aditar ao quadro, a extinguir quando vagarem, considerando-se rescindidos os contratos a termo certo a partir de 30 de Novembro de 1998, data da posse. (Processos isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços Administrativos e Financeiros, *M. Neves Dias*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Delegação Regional da Cultura do Centro

Despacho n.º 2957/99 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Cultura de 24 de Janeiro de 1999:

António Alexandre Ribeiro Pacheco de Carvalho, assessor principal do quadro de pessoal da Delegação Regional da Cultura do Centro, a exercer, em comissão de serviço, as funções de chefe da Divisão de Apoio Técnico do mesmo quadro — autorizado a exercer, em acumulação, funções docentes no ensino superior.

29 de Janeiro de 1999. — A Delegada Regional, *Ana Maria Cristina Pires*.

Instituto Português de Museus

Aviso n.º 3250/99 (2.ª série). — Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º e das alíneas *e*) e *f*) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 233/94, de 15 de Setembro, informam-se todos os interessados de que será afixada, na data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nas instalações do Instituto Português de Museus e nas do Museu Nacional do Traje, a classificação final relativa ao estágio para ingresso na carreira de técnico superior no quadro de pessoal do referido Museu.

28 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Júri, *Madalena Braz Teixeira*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho n.º 2958/99 (2.ª série). — De conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, conjugado com o artigo 35.º do Código aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, bem como da faculdade que me é conferida pelo preceituado no n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, delegeo, dentro dos limites reconhecidos na lei, na directora do Palácio Nacional de Sintra, Dr.ª Maria Inês da Franca Sousa Ferro, a competência para autorizar despesas até 1 000 000\$.

1 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *Luís Ferreira Calado*.

Despacho (extracto) n.º 2959/99 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 1999 do presidente deste Instituto:

Ana Cristina de Santana Duarte Ferreira e Silva, Ilda Maria Soares Pinto, Maria Clara Rabanal da Silva Assunção, Joaquina Rodrigues de Sousa Coelho, Margarida Isabel da Silva Pinto e Miguel Ângelo Castelo Branco Graça Ferreira, contratados em regime de contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeados definitivamente, após concurso, técnicos superiores de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Instituto, em lugares a extinguir quando vagarem, ao abrigo do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 195/97, de 31 de Julho, 498/88, de 30 de Dezembro, 215/95, de 22 de Agosto, 248/95, de 15 de Julho, 265/88, de 28 de Julho, e 103-A/97, de 20 de Abril, a serem remunerados pelo escalão 1, índice 400. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe N. B. Mascarenhas Serra*.

Despacho (extracto) n.º 2960/99 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Dezembro de 1998 do presidente deste Instituto:

Rui Manuel Vigia de Oliveira — nomeado provisoriamente, após concurso, guarda de museu do quadro do pessoal do Mosteiro de Alcobaça, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 498/88, de 30 de Dezembro, 215/95, de 22 de Agosto, 248/85, de 15 de Julho, 126/94, de 19 de Maio, 427/89, de 7 de Dezembro, e 353-A/89, de 16 de Outubro, posicionado no escalão 1, índice 155. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe N. B. Mascarenhas Serra*.

Despacho (extracto) n.º 2961/99 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Janeiro de 1999 do presidente deste Instituto:

Luís Miguel Dias Veríssimo da Silva e Ana Cláudia Borges Mascarenhas Serra — nomeados em comissão de serviço, após concurso, técnicos profissionais de 2.ª classe da carreira de secretário-recepcionista do quadro do pessoal do Palácio Nacional da Pena, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 498/88, de 30 de Dezembro, 215/95, de 22 de Agosto, 248/85, de 15 de Julho, 2/93, de 8 de Janeiro, 427/89, de 7 de Dezembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 45/80, de 20 de Março, posicionados no escalão 1, índice 190. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe N. B. Mascarenhas Serra*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Instituto de Investigação Científica Tropical

Despacho (extracto) n.º 2962/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical:

Sandra Cristina Monte Sousa Emídio, Irene da Graça Baessa, Arlete de Jesus Pinto Jovo, Susana Cristina Ribeiro Nunes Correia, Maria Helena Rodrigues do Passo, Paula Cristina Graça Baessa Firmino Rosário, Maria Edite Pires da Costa Baptista Nunes, Maria Odete da Silva Antunes, Claudina Rosa Anjos Batista Monteiro Malta, Maria José Monteiro Dionísio Antunes, Maria Joana Alves, Maria da Encarnação Valente Cavacas Simão, Maria Felismina Rodrigues Félix, Maria Eugénia Morais Moreira e Maria Isabel Andrade — nomeadas definitivamente auxiliares administrativos do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical, ficando rescindidos os respectivos contratos a termo certo desde a data da posse. (Visto do Tribunal de Contas em 30 de Dezembro de 1998.)

20 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços de Administração, em substituição, *António Melo*.

Despacho (extracto) n.º 2963/99 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Dezembro de 1998 do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical:

Zélia Bichara Abibe — nomeada definitivamente técnica auxiliar de 2.ª classe da carreira técnica auxiliar do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical, em lugar a extinguir quando vagar, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, ficando rescindido o respectivo contrato a termo certo desde a data da posse. (Não sujeito a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços de Administração, em substituição, *António Melo*.

Despacho (extracto) n.º 2964/99 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical:

Ana Maria Vieira Lopes de Araújo Hipólito — nomeada definitivamente auxiliar administrativo do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical, ficando rescindido o respectivo contrato a termo certo desde a data da posse. (Não sujeito a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços de Administração, em substituição, *António Melo*.

Rectificação n.º 358/99. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 22 177/98 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 295, de 23 de Dezembro de 1998, de novo se publica a composição do júri das provas de acesso à categoria de investigador auxiliar requeridas pelo assistente de investigação licenciado Paulo Alexandre Ferreira da Costa Torres:

Presidente — Doutor António Augusto Guerra Réffega, vice-presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical. Vogais:

Doutor Carlos Alberto de Matos Alves, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
Doutor José Manuel Urbano Munhá, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutora Teresa Palácios Perez, professora associada da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
 Licenciado Luís Celestino de Sousa e Silva, investigador-coordenador do Centro de Geologia do Instituto de Investigação Científica Tropical.
 Mestre Maria Herminia Branco de Oliveira Basto Mendes, investigadora auxiliar do Centro de Geologia do Instituto de Investigação Científica Tropical.

21 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente, *António Augusto Guerra Réffega*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos

Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores

Aviso n.º 3/99/A (2.ª série). — Faz-se público que, por despacho de 28 de Janeiro de 1998 do presidente do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores, a constituição do júri do concurso externo de ingresso para admissão a estágio na carreira técnica superior, o qual se destina ao preenchimento de uma vaga de técnico superior de 2.ª classe da área de engenharia civil ou electrotecnia ou engenharia química do quadro de pessoal do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 13 de Novembro de 1998, e na 2.ª série do *Jornal Oficial*, n.º 45, de 10 de Novembro de 1998, por impedimento do presidente do júri, Luís Alberto Vieira Ferraz Pinheiro, inspector-adjunto, bem como por impedimento do 1.º vogal, João Manuel Lima Cardoso Tavares, chefe de divisão, em virtude de este ter pedido exoneração do cargo de chefe de divisão, tem como nova composição a seguinte:

Presidente — Dr. Antero Fernandes Rolo, delegado da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.
 Vogais efectivos:

- 1.º Dr. Pedro Manuel Malheiro Campos do Vale, técnico superior de 1.ª classe.
- 2.º Dr.ª Ana Isabel Ribeiro da Costa Gomes Dias e Feliciano de Carvalho, técnica superior de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

- 1.º Dr.ª Maria Joana dos Reis Pedroso de Lima Matos, assessora principal.
- 2.º Engenheiro Ricardo Manuel dos Santos Couceiro, chefe de divisão.

29 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Júri, *Antero Fernandes Rolo*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Secretaria Regional de Educação

Direcção Regional de Administração e Pessoal

Aviso n.º 19/99/M (2.ª série). — Por despacho de 9 de Julho de 1998 do director regional de Administração e Pessoal, conforme delegação de competências do Secretário Regional de Educação, publicado no *Jornal Oficial*, 2.ª série, n.º 60, de 26 de Março de 1997:

Ana Paula Costa Mendonça, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 01008 — São João, Fajã da Ovelha, Calheta.
 Anabela Maria Jesus Ventura, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 01003 — Jardim do Mar, Jardim do Mar, Calheta.
 Maria Isabel Martins Castro Jorge, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para o infantário 07001 — «O Moinho», Porto Santo, Porto Santo.
 Maria Ester Andrade Pimenta, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 11008 — Fajã do Penedo, Boaventura, São Vicente.
 Maria Margarida Gomes Câmara Silva, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 06006 — Igreja, Achadas da Cruz, Porto Moniz.

Rita Maria Araújo Sol Pereira, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 10009 — Covas, Faial, Santana.

Maria Luísa Santos Fialho Madeira, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 10001 — Chão do Cedro Gordo, São Roque do Faial, Santana.

Maria Fátima Ascensão Ferreira, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 01001 — Ladeira e Lamaceiros, Arco da Calheta, Calheta.

Maria Teresa Almeida Sá Pereira Ferreira, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 01016 — Salão, Ponta do Pargo, Calheta.

Maria Rosário David Fonseca Perestrelo Figueira, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 05003 — Vargem, Madalena do Mar, Ponta do Sol.

Natércia Maria Rodrigues Ferreira, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 05005 — Lombo dos Canhas, Canhas, Ponta do Sol.

Maria José Machado Fontanete Videira, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 05006 — Carvalhal de Carreira, Canhas, Ponta do Sol.

Maria Fátima Cláudio Soares Valério, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 05007 — Vale e Cova do Pico, Canhas, Ponta do Sol.

Anabela Raposo Matias, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para o infantário 04001 — «A Gaivota», Caniçal, Machico.

Maria Clara Moita Maia, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 01014 — Paul do Mar, Paul do Mar, Calheta.

Rita Maria Figueiredo Brandão Naia Silva, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 04005 — Vila, Porto da Cruz, Machico.

Ana Isabel Andrade Gomes Luís, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para o infantário 07001 — «O Moinho», Porto Santo, Porto Santo.

Maria Fátima Almeida Bernardo Braga, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 01002 — Lombo da Guiné, Arco da Calheta, Calheta.

Fernanda Maria Ferreira Carvalho Lima, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 01010 — Raposeira do Lugarinho, Fajã da Ovelha, Calheta.

Maria Rosário Teixeira sales, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 06001 — Feiteiras, Seixal, Porto Moniz.

Maria do Carmo Ramos Gomes Bessa, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 01016 — Salão, Ponta do Pargo, Calheta.

Lígia Maria Freitas Soares Fernandes, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 06005 — Levada Grande, Porto Moniz, Porto Moniz.

Luísa José Ferreira Lima, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 10005 — Casais, Arco de São Jorge, Santana.

Maria Fátima Silva Pereira, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 10006 — Ilha, Ilha, Santana.

Maria Dores Cruz Simões Dória, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 11001 — Vargem, São Vicente, São Vicente.

Ana Maria Vieira Nunes, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 11002 — Feiteiras, São Vicente, São Vicente.

Maria Emília Santos Lopes, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 11005 — Pomar, Boaventura, São Vicente.

Maria Laurinda Rocha Azevedo, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 11009 — Lombo do Urzal, Boaventura, São Vicente.

Maria Rosário Freitas Carvalho, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 11012 — Primeira Lombada, Ponta Delgada, São Vicente.

Maria Manuela Gonçalves Teixeira Santos, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para a pré-escolar 01002 — Lombo da Guiné, Arco da Calheta, Calheta.

Maria Gorete Oliveira Câmara Freitas, educadora de infância do quadro regional de vinculação — nomeada para o infantário 04001 — «A Gaivota», Caniçal, Machico.

(Não são devidos emolumentos.)

12 de Novembro de 1998. — O Director Regional, *Jorge Manuel da Silva Morgado*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Edital n.º 112/99 (2.ª série). — A comissão a que alude o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 254/93, de 15 de Julho, faz saber que foi fixada a data limite de 15 de Julho de 1999 para a recepção dos requerimentos de candidatura a gestores e ou liquidatários judiciais a apresentar na Repartição Administrativa do Tribunal da Relação de Lisboa, Rua do Arsenal, letra G, 1100-038 Lisboa, para efeitos da actualização da lista já publicada, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do referido decreto-lei.

27 de Janeiro de 1999. — O Presidente, *Eduardo Nunes da Silva Baptista*.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO

Anúncio n.º 17/99 (2.ª série). — *Recurso contencioso n.º 2089/98 — recorrentes: Rosa Ester Tártaro Soares e outros — recorrido: Ministro da Educação.* — Faz-se saber, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 64.º, n.º 3, da LPTA (Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de Julho), que no recurso contencioso supra-identificado, a correr termos na 1.ª Secção Administrativa do Tribunal Central Administrativo, interposto pelos recorrentes acima indicados, são citados os eventuais interessados para contestarem, querendo, no prazo de 30 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias contada da data da publicação do edital, mas a falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pelos recorrentes, que consiste no pedido de declaração de ilegalidade de normas do anexo II contido no despacho n.º 243/ME/96, de 31 de Dezembro, do Ministro da Educação, conforme consta da petição inicial, cujo duplicado se encontra neste Tribunal à ordem dos citandos.

28 de Janeiro de 1999. — A Juíza Desembargadora, *Magda Geraldes*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria João Fernandes*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extracto) n.º 2965/99 (2.ª série). — Por despacho da reitora da Universidade Aberta de 27 de Janeiro de 1999:

Mestres Maria do Rosário Sampaio Soares de Sousa Leitão Lupi Bello e Ana Isabel Pereira Teixeira Vasconcelos, assistentes com contrato administrativo de provimento, a exercer funções nesta Universidade — prorrogados os respectivos contratos até final do ano escolar (14 de Outubro de 1999).

27 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres*.

Despacho (extracto) n.º 2966/99 (2.ª série). — Por despacho da reitora da Universidade Aberta de 27 de Janeiro de 1999:

Doutor Armando Teófilo Silva Rocha da Trindade, professor catedrático do quadro desta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 5 a 10 de Fevereiro de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Direito

Despacho (extracto) n.º 2967/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 7 de Janeiro de 1999, proferido por delegação:

Autorizado o pedido de rescisão de contrato do assistente estagiário licenciado Pedro Miguel da Silva Cerqueira Machado, com efeitos a 14 de Outubro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

10 de Novembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Miranda*.

Despacho (extracto) n.º 2968/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 17 de Dezembro de 1998, proferido por delegação:

Autorizado o pedido de rescisão do contrato do assistente estagiário licenciado Jorge Filipe Cardoso Menezes Beato de Oliveira, com

efeitos a 7 de Outubro de 1997. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

10 de Novembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Miranda*.

UNIVERSIDADE DO MINHO

Serviços Administrativos

Aviso n.º 3251/99 (2.ª série). — Avisam-se os candidatos ao concurso externo de ingresso para selecção de um estagiário com vista ao provimento na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, a que alude a referência FP-6/98-E/EEG(1) do aviso de abertura de concurso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 15 de Maio de 1998, de que a lista dos candidatos aprovados e excluídos na prova de conhecimentos pode ser consultada nos átrios dos edifícios da Universidade do Minho, sítos no Largo do Paço e Gualtar, em Braga, e Azurém, em Guimarães.

27 de Janeiro de 1999. — O Chefe de Repartição, *António P. Falcão*.

Despacho (extracto) n.º 2969/99 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Outubro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Maria Goretti dos Santos Faria da Costa e Silva — celebrado contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidada a 50%, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 27 de Novembro de 1998, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 135, escalão 1, a que se refere o anexo I ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 2970/99 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Outubro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Laura Carvalho dos Santos Ribeiro da Costa — celebrado contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidada a 50%, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 28 de Novembro de 1998, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 135, escalão 1, a que se refere o anexo I ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 2971/99 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado José Barros de Oliveira — celebrado contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidado a 50%, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 1998, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 135, escalão 1, a que se refere o anexo I ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 2972/99 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Novembro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado Francisco Manuel Gomes Costa Ferreira — celebrado contrato administrativo de provimento na categoria de assistente estagiário, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 5 de Novembro de 1998, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 100, escalão 1, a que se refere o anexo I ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, considerando-se rescindido o contrato na categoria de assistente convidado a 100%, a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 2973/99 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Novembro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado Ingvar Pekka Magnus Lofstedt — celebrado contrato administrativo de provimento na categoria de leitor, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir da data do despacho autorizador, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 135, escalão 1, a que se refere o anexo I ao Decreto-Lei

n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguiar Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 2974/99 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Novembro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Carlos Manuel Machado dos Santos — celebrado contrato administrativo de provimento na categoria de professor auxiliar, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 6 de Novembro de 1998, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, a que se refere o anexo I ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, considerando-se rescindido o contrato na categoria de assistente a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguiar Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 2975/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Dezembro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado Domingos José da Silva Ferreira, assistente convidado a 50 %, em regime de contrato administrativo de provimento nesta Universidade — autorizada a rescisão do respectivo contrato, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 1998.

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguiar Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 2976/99 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Janeiro de 1999 do reitor da Universidade do Minho:

Doctor Venkataramanan Vedanarayanan — autorizada a rescisão do respectivo contrato de bolsa de investigação com esta Universidade, a partir de 15 de Fevereiro de 1999.

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguiar Monteiro*.

Despacho (extracto) n.º 2977/99 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Janeiro de 1999 do reitor da Universidade do Minho:

Mestre Paulo Augusto Ribeiro Guedes, assistente em regime de contrato administrativo de provimento nesta Universidade — autorizada a rescisão do respectivo contrato, com efeitos a partir de 1 de Março de 1999.

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguiar Monteiro*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Aviso n.º 3252/99 (2.ª série). — Por aplicação do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro:

Maria Luísa Pinheiro de Vasconcelos Bettencourt de Castro, auxiliar técnica administrativa do quadro de pessoal desta Faculdade, posicionada no escalão 8, índice 215 — transita para a categoria de assistente administrativa, escalão 5, índice 230, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, ocupando o lugar criado ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 22/98, de 9 de Fevereiro, o qual será extinto quando vagar.

26 de Janeiro de 1999. — O Director, *Jorge Crespo*.

Despacho n.º 2978/99 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Janeiro de 1999 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Madalena Isabel Bento Curto Pereira e Helena Maria Gomes Colaço — celebrados contratos de trabalho a termo certo como colaboradores desta Faculdade, com início em 15 de Janeiro de 1999, por seis meses, automaticamente renováveis, a fim de darem apoio ao tratamento contabilístico a projectos de investigação co-financiados e prestação de serviço à comunidade, com direito à remuneração mensal de 99 600\$, não conferindo em caso algum a qualidade de agente administrativo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Director, *Jorge Crespo*.

Despacho n.º 2979/99 (2.ª série). — Autorizadas, por despacho do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa de 15 de Janeiro de 1999, proferido por delegação de competências:

A nomeação definitiva, como professor auxiliar, do Doutor Sérgio Montenegro Miguel Grácio, professor auxiliar desta Faculdade, com efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 1998.

Relatório nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

Em face dos pareceres emitidos pelos Profs. Doutores José David Gomes Justino, professor associado, e Nélson Manuel de Oliveira Lourenço, professor associado, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do mesmo artigo, o conselho científico desta Faculdade reunido em 3 de Dezembro de 1998, com a constituição prevista no n.º 1 do artigo 21.º do referido Estatuto, aprovou a nomeação definitiva, como professor auxiliar, do Doutor Sérgio Montenegro Miguel Grácio.

A nomeação definitiva, como professora auxiliar, a Doutora Maria José Simões Marques de Almeida Vaz Pinto, professora auxiliar desta Faculdade, com efeitos a partir de 1 de Junho de 1998.

Relatório nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

Em face dos pareceres emitidos pelos Profs. Doutores José Gabriel Trindade Santos, professor associado, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e António José Duque da Silva Marques, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do mesmo artigo, o conselho científico desta Faculdade reunido em 3 de Dezembro de 1998, com a constituição prevista no n.º 1 do artigo 21.º do referido Estatuto, aprovou a nomeação definitiva, como professora auxiliar, da Doutora Maria José Simões Marques de Almeida Vaz Pinto.

A nomeação definitiva, como professora auxiliar, da Doutora Ana Maria Viegas Firmino, professora auxiliar desta Faculdade, com efeitos a partir de 3 de Julho de 1998.

Relatório nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

Em face dos pareceres emitidos pelas Prof.ªs Doutoras Carminda Cavaco, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e Fernanda Cravidão, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do mesmo artigo, o conselho científico desta Faculdade reunido em 3 de Dezembro de 1998, com a constituição prevista no n.º 1 do artigo 21.º do referido Estatuto, aprovou a nomeação definitiva, como professora auxiliar, da Doutora Ana Maria Viegas Firmino.

A nomeação definitiva, como professor auxiliar, do Doutor José Custódio Vieira da Silva, professor auxiliar desta Faculdade, com efeitos a partir de 5 de Julho de 1998.

Relatório nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

Em face dos pareceres emitidos pelos Profs. Doutores José Eduardo Capa Horta Correia, professor catedrático, e Margarida Maria Acciaoli Homem de Campos Tavares de Brito, professora associada, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do mesmo artigo, o conselho científico desta Faculdade reunido em 3 de Dezembro de 1998, com a constituição prevista no n.º 1 do artigo 21.º do referido Estatuto, aprovou a nomeação definitiva, como professor auxiliar, do Doutor José Custódio Vieira Silva.

A nomeação definitiva, como professora auxiliar, da Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues dos Santos Veiga, professora auxiliar desta Faculdade, com efeitos a partir de 28 de Julho de 1998.

Relatório nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

Em face dos pareceres emitidos pelos Profs. Doutores Fernando Sousa, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e António Pedro Araújo Pires Vicente, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do mesmo artigo, o conselho científico desta Faculdade reunido em 3 de Dezembro de 1998, com a constituição prevista no n.º 1 do artigo 21.º do referido

Estatuto, aprovou a nomeação definitiva, como professora auxiliar, da Doutora Teresa Maria Rodrigues dos Santos Veiga.

A nomeação definitiva, como professora auxiliar, da Doutora Maria João Casanova Araújo e Sá Valente Rosa, professora auxiliar desta Faculdade, com efeitos a partir de 4 de Março de 1998.

Relatório nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

Em face dos pareceres emitidos pelos Profs. Doutores Jorge Carvalho Arroiteia, professor catedrático da Universidade de Aveiro, e José David Gomes Justino, professor associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do mesmo artigo, o conselho científico desta Faculdade reunido em 14 de Dezembro de 1998, com a constituição prevista no n.º 1 do artigo 21.º do referido Estatuto, aprovou a nomeação definitiva, como professora auxiliar, da Doutora Maria João Casanova Araújo e Sá Valente Rosa.

A nomeação definitiva, como professora auxiliar, da Doutora Maria Regina Faia Martins Salvador, professora auxiliar desta Faculdade, com efeitos a partir de 27 de Setembro de 1998.

Relatório nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

Em face dos pareceres emitidos pelos Profs. Doutores Maria Raquel Viegas Soeiro de Brito, professora catedrática jubilada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, e Manuel Brandão Alves, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e preenchidos os requisitos referidos no n.º 4 do mesmo artigo, o conselho científico desta Faculdade reunido em 14 de Dezembro de 1998, com a constituição prevista no n.º 1 do artigo 21.º do referido Estatuto, aprovou a nomeação definitiva, como professora auxiliar, da Doutora Maria Regina Faia Martins Salvador.

14 de Dezembro de 1998. — O Presidente do Conselho Científico, *Mário Vieira de Carvalho*.

28 de Janeiro de 1999. — O Director, *Jorge Crespo*.

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Aviso n.º 3253/99 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Janeiro de 1999 do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa (delegação de competências publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 9 de Fevereiro de 1995):

Integrados definitivamente, precedendo concurso, para regularização das situações previstas no Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, os seguintes contratados a termo certo, com efeitos a partir da data da posse:

Cristina Maria Gameiro Farinha Brandão, Elsa Cristina Peres Reves Godinho, Francisca Isabel Martins Raimundo Rato e Sandra Marina Martins Graça — como técnicas auxiliares de 2.ª classe da carreira técnico-profissional (nível 3).

Maria Emanuela Ferreira Fortes — como auxiliar de manutenção.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 1999. — O Director, *Leopoldo J. M. Guimarães*.

Faculdade de Economia

Contrato n.º 452/99:

Doutora Sónia Dahab — contratada em regime de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como professora associada convidada, em regime de tempo parcial (30 %), a partir de 1 de Setembro de 1998, por um ano, por despacho de 15 de Janeiro de 1999 do vice-reitor da UNL, por delegação de competências. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

O conselho científico da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa aprovou a proposta respeitante à contratação da professora Sónia Sapolnik Dahab para professora associada convidada.

A proposta veio acompanhada pelo parecer previsto no n.º 2 do artigo 15.º do ECDU (Lei n.º 19/80, de 16 de Julho), subscrito pelos Profs. Doutores Luís Almeida Costa, professor auxiliar da FEUNL, Paulo Pinho, professor auxiliar da FEUNL, e João Amaro de Matos, professor auxiliar da FEUNL.

A professora Sónia Sapolnik Dahab tem larga experiência no ensino e na investigação da área de Gestão Estratégica Internacional. Uma análise do seu *curriculum vitae* permite distinguir para além da sua rigorosa formação académica, que inclui um doutoramento em Economia pela Universidade de Yale, uma vasta experiência de colaboração em termos de investigação ao longo dos últimos anos.

A sua formação mista em Antropologia e Economia produz um perfil particularmente diferenciado de forma positiva no que diz respeito ao estudo de questões multiculturais de gestão.

Resta salientar que a experiência prática da professora Sónia Sapolnik Dahab nesta área, ilustrada pela actividade de consultadoria que desenvolveu a par do seu trabalho de investigação, parece ser bastante consolidada.

Do ponto de vista pessoal, e no que toca às discussões que tiveram lugar com vista à organização da cadeira de Gestão de Estratégica Internacional na licenciatura em Gestão da FEUNL, revelou excepcionais interesses pedagógicos e envolvimento pessoal.

Nestas condições, o conselho científico decidiu, por unanimidade, aprovar a proposta de contratação de Sónia Sapolnik Dahab como professora associada convidada da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

15 de Julho de 1998. — O Presidente do Conselho Científico, *António Nogueira Leite*.

25 de Janeiro de 1999. — A Secretária, *Maria Isabel Rodrigues Louro Bicho*.

Despacho n.º 2980/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 1999 do director da Faculdade de Economia da UNL:

Mestre José António de Almeida Pinheiro, professor auxiliar convidado desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 1 a 9 de Fevereiro de 1999.

27 de Janeiro de 1999. — A Secretária, *Maria Isabel Rodrigues Louro Bicho*.

Despacho n.º 2981/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 1999 do director da Faculdade de Economia da UNL:

Doutor Mário Rui Miranda Gomes Páscoa, professor associado desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 22 a 29 de Janeiro de 1999.

28 de Janeiro de 1999. — A Secretária, *Maria Isabel Rodrigues Louro Bicho*.

Instituto de Tecnologia Química e Biológica

Rectificação n.º 359/99. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 30 de Outubro de 1997, a p. 13 451 (despacho n.º 10 203/97), rectifica-se que onde se lê «em cumprimento do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho» deve ler-se «nos termos das disposições conjugadas com a alínea c) do n.º 2 do artigo 18.º e o n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, o artigo único do Decreto-Lei n.º 27/91, de 11 de Janeiro, e as alíneas e) e h) do artigo 20.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro».

27 de Janeiro de 1999. — Pelo Director, por delegação, (*Assinatura ilegível*.)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Engenharia

Despacho (extracto) n.º 2982/99 (2.ª série). — Por despachos do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto,

por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi concedida a equiparação a bolseiro no estrangeiro a:

De 18 de Janeiro de 1999:

Maria Eugénia Rebello de Almeida Macedo — de 27 a 31 de Janeiro de 1999.

De 19 de Janeiro de 1999:

Carlos Manuel Chaves Espain de Oliveira — de 3 a 28 de Janeiro de 1999.

De 26 de Janeiro de 1999:

Álvaro Alberto Matos Ferreira da Cunha — de 3 a 12 de Fevereiro de 1999.

27 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Maria Odete Pinto Paiva*.

Faculdade de Economia

Aviso n.º 3254/99 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Janeiro de 1999 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Economia do Porto, no exercício da delegação de competências concedida pelo reitor da Universidade do Porto:

Mestre José Manuel Janeira Varejão, assistente desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 14 a 17 de Janeiro.

13 de Janeiro de 1999. — O Secretário, *José Brandão Pedro*.

Faculdade de Medicina

Despacho n.º 2983/99 (2.ª série). — Por despacho do director da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto de 25 de Janeiro de 1999, proferido por delegação:

Concedida a equiparação a bolseiro ao Doutor Francisco Fernando da Rocha Gonçalves professor associado:

No País:

No período de 11 a 14 de Abril de 1999;

Fora do País:

No período de 7 a 10 de Março de 1999.

27 de Janeiro de 1999. — O Secretário, *Manuel Sobral Torres*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Motricidade Humana

Despacho n.º 2984/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Motricidade Humana de 14 de Dezembro de 1998, proferido por delegação de competências, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de Janeiro de 1999:

Licenciado António Paulo Pereira Ferreira — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente estagiário além do quadro desta Faculdade, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco Alberto Arruda Carreiro da Costa*.

Instituto Superior Técnico

Rectificação n.º 360/99. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 290, de 17 de Dezembro de 1998, o aviso n.º 19 511/98, rectifica-se que no n.º 1, onde se lê «terá a duração de um ano, nos termos do n.º 1 de artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro» deve ler-se «terá a duração de um ano, renovável, não podendo a sua duração total exceder dois anos, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho».

27 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *João Nuno de Almeida Reis Hipólito*.

Rectificação n.º 361/99. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 285, de 11 de Dezembro de 1998, o aviso n.º 19 214/98, rectifica-se que no n.º 1, onde se lê «terá a duração de um ano, nos termos do n.º 1 de artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro» deve ler-se «terá a duração de um ano, renovável, não podendo a sua duração total exceder dois anos, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho».

27 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *João Nuno de Almeida Reis Hipólito*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 2985/99 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Setembro de 1998 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro foi autorizado o contrato da licenciada Ute Barbara Schilly como leitora, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — Pelo Reitor, (*Assinatura ilegível*.)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Despacho n.º 2986/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Novembro de 1998 da presidente do Instituto Politécnico de Beja:

Jorge Alexandre Caldeira Gonçalves de Almeida — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio além do quadro, em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, a partir de 3 de Novembro de 1998. (Isento de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

19 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Domingos Pereira*.

Despacho n.º 2987/99 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Outubro de 1998 da presidente do Instituto Politécnico de Beja:

Sofia Maria Mesquita Soares — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, a tempo parcial (30 %), em regime de acumulação, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, a partir de 1 de Outubro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

19 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Domingos Pereira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Aviso n.º 3255/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 10.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Bragança, conjugado com o artigo 13.º dos Estatutos da Escola Superior Agrária deste Instituto, e homologados pelo vice-presidente do Instituto Politécnico de Bragança e de acordo com os resultados eleitorais realizados em 18 de Novembro último, foram eleitos para integrarem o conselho directivo da Escola Superior Agrária deste Instituto como representantes do corpo de assistentes:

Membros efectivos:

Engenheiro Sérgio Alípio Domingos Deusdado.
Dr.ª Maria Anunciação Carvalho Goulão Capelo.

Membros suplentes:

Engenheiro José Paulo Guerra Marques Cortez.
Engenheiro Fernando Augusto Pereira.
Engenheiro Vasco Augusto Pilão Cadavez.

28 de Dezembro de 1998. — A Administradora, *Maria de Lourdes Fidalgo Machado*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE

Contrato (extracto) n.º 453/99. — Por despacho de 9 de Outubro de 1998 do presidente da comissão instaladora do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, por delegação de competências:

Rui Mira Gomes — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, convidado a 30%, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 9 de Outubro de 1998, por um ano, renovável por períodos bienais.

Dárida Tomé — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, convidada a 30%, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 9 de Outubro de 1998, por um ano, renovável por períodos bienais.

Andréia Torres de Sousa Lima Carneiro — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, convidada a 50%, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 9 de Outubro de 1998, por um ano, renovável por períodos bienais.

Luís Gonzaga Martins Ferreira — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, convidado a 100%, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 9 de Outubro de 1998, por um ano, renovável por períodos bienais.

Maria do Carmo Castro Correia — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 12 de Outubro de 1998, por três anos, renovável por igual período.

Rui Alexandre Carvalhais Costa Padrão — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 1998, por três anos, renovável por igual período.

Maria Alexandra Pereira da Silva Malheiro — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 1998, por três anos, renovável por igual período.

José Manuel Teixeira Pereira — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 1998, por três anos, renovável por igual período.

Laurentina Maria da Cruz Vareiro — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 1998, por três anos, renovável por igual período.

Sónia Maria da Silva Monteiro — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 13 de Outubro de 1998, por três anos, renovável por igual período.

Suzana Maria Matos Fernandes da Costa — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 1998, por três anos, renovável por igual período.

(Não sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — O Presidente, *José Eduardo Lopes Nunes*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 3256/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Dr. Carlos César Coelho Viana Ramos:

Bacharel Manuel José Pimenta Melo — autorizado o contrato administrativo de provimento com o encarregado de trabalhos do Instituto Superior de Engenharia deste Instituto Politécnico, em regime de tempo parcial, com 50% de vencimento, a partir de 26 de Janeiro de 1998 até 30 de Setembro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

Aviso n.º 3257/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Dr. Carlos César Coelho Viana Ramos:

Bacharel Paulo Jorge Rodrigues dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como encarregado de trabalhos do Instituto Superior de Engenharia deste Instituto Politécnico, em regime de tempo parcial com 50% de vencimento, a partir de 26 de Janeiro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

Aviso n.º 3258/99 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 1999 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Doutor José Manuel Torres Farinha:

Licenciada Ana Isabel da Costa Natividade — autorizada a contratação como equiparada a assistente do 2.º triénio do Instituto Superior de Contabilidade e Administração deste Instituto Politécnico, por urgente conveniência de serviço, a partir de 22 de Janeiro de 1999 e até 30 de Setembro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Escola Superior de Educação

Aviso n.º 3259/99 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 1999 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, ao abrigo do n.º 1.27, proferido no uso de competências delegadas pelo despacho n.º 2642/97 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 1997, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, foi concedida a equiparação a bolseiro ao professor-coordenador de nomeação definitiva Mário José Miranda Ceia, fora do País, por um período de sete dias, de 6 a 14 de Fevereiro de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Escola Superior de Educação

Contrato (extracto) n.º 454/99:

Maria de Fátima Araújo Cerejeira Reis — renovado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, válido por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes*.

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Contrato (extracto) n.º 455/99:

Margarida Maria Matos Correia Azevedo de Almeida — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998 e validade até 30 de Setembro de 1999.

19 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes*.

Contrato (extracto) n.º 456/99:

Maria Helena Salazar da Costa Lima — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, a tempo parcial (50%), auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998 e validade até 30 de Setembro de 1999.

19 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes*.

Contrato (extracto) n.º 457/99:

Mário Nuno Ferreira Moreira Fernandes — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente, auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1998 e validade até 30 de Setembro de 1999.

19 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes*.

Contrato (extracto) n.º 458/99:

João Velez de Carvalho — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir de 6 de Outubro de 1998 e validade até 30 de Setembro de 1999.

19 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes*.

Contrato (extracto) n.º 459/99:

Jorge Eleutério Cerdeira e Sousa — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente, auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998 e validade até 30 de Setembro de 1999.

19 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO**Serviços de Acção Social**

Despacho n.º 2988/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo:

De 30 de Dezembro de 1998:

Ana Cristina Cavaleiro da Fonseca São João, em regime de contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, a exercer funções equiparadas à categoria de terceiro-oficial — nomeada definitivamente, precedendo concurso, terceiro-oficial do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo, sendo integrada por força do estipulado na alínea c) do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do mesmo diploma, na categoria de assistente administrativo, considerando-se rescindido o anterior contrato à data da posse. (Sujeito a fiscalização sucessiva do Tribunal de Contas.)

De 26 de Janeiro de 1999:

Catarina Maria Pimenta Vieitas Duarte, auxiliar de alimentação, em regime de contrato individual de trabalho sem termo — reclassificada, precedendo alteração da cláusula 2.ª do contrato individual de trabalho celebrado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 108/95, de 20 de Maio, na categoria equiparada a empregada de *bar/snack*, em regime de contrato individual de trabalho sem termo, para os Serviços de Acção Social do Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo, auferindo a remuneração mensal de 66 400\$, correspondente ao índice 120, escalão 1, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

Josefa Fernanda Rodrigues Alves, auxiliar de alimentação, em regime de contrato individual de trabalho — reclassificada, precedendo alteração da cláusula 2.ª do contrato individual de trabalho celebrado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 108/95, de 20 de Maio, na categoria equiparada a empregada de *bar/snack*, em regime de contrato individual de trabalho sem termo, para os Serviços de Acção Social do Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo, auferindo a remuneração mensal de 66 400\$, correspondente ao índice 120, escalão 1, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

Maria Odete da Costa Fernandes, empregada de *bar/snack*, em regime de contrato individual de trabalho — reclassificada, precedendo alteração das cláusulas 2.ª e 4.ª do contrato individual de trabalho celebrado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 108/95, de 20 de Maio, na categoria equiparada a cozinheira, em regime de contrato individual de trabalho sem termo, para os Serviços de Acção Social do Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo, auferindo a remuneração mensal de 80 200\$, correspondente ao índice 145, escalão 1, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

Cecília Dantas Oliveira — celebrado contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 64-A/89,

de 27 de Fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 108/95, de 20 de Maio, por três meses, eventualmente renováveis, com a categoria profissional equiparada a auxiliar de alimentação, para os Serviços de Acção Social do Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 66 400\$, correspondente ao índice 120, escalão 1, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

De 4 de Janeiro de 1999:

Mónica Ilídia de Brito Gonçalves — celebrado contrato de trabalho a termo incerto, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 41.º e do artigo 48.º, ambos do Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 108/95, de 20 de Maio, com a categoria profissional equiparada a auxiliar de alimentação, por urgente conveniência de serviço, para os Serviços de Acção Social do Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 66 400\$, correspondente ao índice 120, escalão 1, com efeitos a partir de 4 de Janeiro de 1999.

De 14 de Dezembro de 1998:

José Pires Macedo — celebrado contrato de trabalho a termo incerto, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 41.º e do artigo 48.º, ambos do Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 108/95, de 20 de Maio, com a categoria profissional equiparada a guarda-nocturno, por urgente conveniência de serviço, para os Serviços de Acção Social do Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 66 400\$, correspondente ao índice 120, escalão 1, com efeitos a partir de 14 de Dezembro de 1998.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 1999. — O Administrador para a Acção Social, *Fernando M. de Sousa Santos*.

Rectificação n.º 362/99. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 1494/99 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, referente a Rosa Branca de Barros Pereira, rectifica-se que onde se lê «ficando exonerada das anteriores funções na data da aceitação do novo lugar» deve ler-se «considerando-se rescindido o anterior contrato à data da posse».

28 de Janeiro de 1999. — O Administrador para a Acção Social, *Fernando M. de Sousa Santos*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Contrato (extracto) n.º 460/99. — Por despacho de 2 de Dezembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Mestre Jorge Belarmino Ferreira de Oliveira — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio para a Escola Superior Agrária, integrada no Instituto Politécnico de Viseu, com início em 2 de Dezembro de 1998, pelo período de três anos e por urgente conveniência de serviço. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

Despacho (extracto) n.º 2989/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Prof.ª Doutora Veronique Delplanq, professora-adjunta de nomeação provisória da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu — nomeada definitivamente professora-adjunta da mesma Escola, produzindo efeitos à data de 19 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

Despacho (extracto) n.º 2990/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Mestre Maria Teresa Guardado Mateus Oliveira, professora-adjunta de nomeação provisória da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu — nomeada definitivamente professora-adjunta da mesma Escola, produzindo efeitos à data de 28 de

Setembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

Despacho (extracto) n.º 2991/99 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Dezembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

- Licenciada Carla Isabel Simões dos Santos Cruz, assistente estagiária do Instituto Superior de Ciências Sociais — autorizada a acumular quatro horas semanais, equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Educação, com início em 6 de Outubro de 1998, por um ano lectivo e por urgente conveniência de serviço.
- Licenciada Luísa Paula Simões de Carvalho, docente efectiva da Escola EB 2,3 de Vale de Cambra — autorizada a acumular oito horas semanais, equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego, com início em 6 de Outubro de 1998, por um ano lectivo e por urgente conveniência de serviço.
- Licenciado José Luís Ferreira Gouveia, docente efectivo da Escola EB 2,3 de Lamego — autorizado a acumular oito horas semanais, equiparado a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego, com início em 6 de Outubro de 1998, por um ano lectivo e por urgente conveniência de serviço.
- Licenciado Augusto Aníbal Pires, docente efectivo da Escola EB 2,3 do Dr. José Leite Vasconcelos — autorizado a acumular seis horas semanais, equiparado a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego, com início em 6 de Outubro de 1998, por um ano lectivo e por urgente conveniência de serviço.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

Despacho (extracto) n.º 2992/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Novembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

- Licenciada Carla Marisa Gonçalves da Silva Costa Pereira — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio na Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 1 de Setembro de 1998, por um ano e por urgente conveniência de serviço, em exclusividade.
- Mestre Rui Manuel Guilhoto Loureiro — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto na Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 22 de Setembro de 1998, por um ano e por urgente conveniência de serviço, em exclusividade.
- Licenciada Elizabete de Jesus Soares Fonseca — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio na Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 1 de Setembro de 1998, por um ano e por urgente conveniência de serviço, em exclusividade.
- Licenciada Carla Sofia Pereira Lacerda José Marques — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio na Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 1 de Setembro de 1998, por um ano e por urgente conveniência de serviço, em exclusividade.
- Licenciado João Luís Garcês Esteves — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio na Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 1 de Setembro de 1998, por um ano e por urgente conveniência de serviço, em exclusividade.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

Despacho n.º 2993/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

- Alzira da Ascensão Saraiva Viana Rodrigues, assistente administrativa principal da Escola Superior de Educação/Pólo Educacional de Lamego, integrada no Instituto Politécnico de Viseu — autorizada a recuperação de nove dias do vencimento de exercício perdido, referente ao período de 3 a 11 de Novembro de 1998, no montante

de 6775\$. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

Despacho (extracto) n.º 2994/99 (2.ª série). — Por despachos de 18 de Novembro e de 29 e 22 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

- Licenciado António Hugo Silvestre Berardinelli, engenheiro civil de 1.ª classe da Junta Autónoma de Estradas — autorizado a acumular cinco horas semanais, equiparado a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia, com início em 1 de Outubro de 1998, por um ano e por urgente conveniência de serviço.
- Licenciado João Pereira Figueiredo Cantão, efectivo na Portugal Telecom — autorizado a acumular oito horas semanais como equiparado a assistente do 1.º triénio, na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 1 de Outubro de 1998, por um ano, e por urgente conveniência de serviço.
- Licenciado António Júlio Veiga Simão, técnico superior de 1.ª classe da Comissão de Coordenação da Região do Centro — autorizado a acumular seis horas semanais, como equiparado a assistente do 1.º triénio, na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 1 de Outubro de 1998 e até 31 de Março de 1999, por urgente conveniência de serviço.
- Licenciada Maria do Céu Mendes Fernandes Nogueira, docente convidada da Escola Superior de Educação/Pólo de Lamego — autorizada a acumular quatro horas semanais como equiparada a assistente do 1.º triénio, na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 2 de Março e até 31 de Julho de 1998, por urgente conveniência de serviço.
- Licenciada Carla Alexandra Pimentel Granado — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia, seis horas semanais, 50%, com início em 28 e até 30 de Outubro de 1999, por urgente conveniência de serviço, em tempo integral.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

Despacho (extracto) n.º 2995/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Novembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

- Licenciada Cristina Isabel Teixeira Marques — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 1 de Setembro de 1998 até 31 de Julho de 1999, por urgente conveniência de serviço, em exclusividade.
- Licenciada Catarina Brito de Arriaga Aragão Sacadura — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 1 de Setembro de 1998 até 31 de Julho de 1999, por urgente conveniência de serviço, em exclusividade.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

Despacho (extracto) n.º 2996/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Novembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

- Carlos Manuel de Almeida Santos — celebrado contrato administrativo de provimento como operário qualificado carpinteiro para o Instituto Politécnico de Viseu, com início em 3 de Dezembro de 1998 e por urgente conveniência de serviço. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

Despacho (extracto) n.º 2997/99 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

- Rescindido, por mútuo acordo, o contrato administrativo de provimento celebrado com Alfredo José Serafim Guerra, a partir de 1 de Fevereiro de 1999, como equiparado a assistente do 2.º triénio na Escola Superior de Tecnologia, integrada no Instituto Politécnico de Viseu.

28 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa*.

AVISO

- 1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas das três séries do *Diário da República* para 1999.
- 2 — Não serão aceites pedidos de anulação de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
- 3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de assinante que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
- 4 — A efectivação dos pedidos de assinatura, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas lojas.
- 5 — Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099 Lisboa Codex.

Preços para 1999 (em suporte papel, CD-ROM, Internet)

Papel (inclui IVA 5%)	
1.ª série	25 450\$00
2.ª série	25 450\$00
3.ª série	25 450\$00
1.ª e 2.ª séries	47 250\$00
1.ª e 3.ª séries	47 250\$00
2.ª e 3.ª séries	47 250\$00
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	66 150\$00
Compilação dos Sumários	7 550\$00
Apêndices (acórdãos)	12 800\$00
Diário da Assembleia da República	16 400\$00

CD-ROM (inclui IVA 17%)		
	Assinante papel *	Não assinante papel
Contrato anual (envio mensal)	30 000\$00	39 000\$00
Histórico (1974-1997) (a)	70 000\$00	91 000\$00
Licença de utilização em rede (máximo de 5 utilizadores)	45 000\$00	
Licença de utilização em rede (máximo de 10 utilizadores)	60 000\$00	
Internet (inclui IVA 17%)		
	Assinante papel *	Não assinante papel
DR, 1.ª série	10 000\$00	12 000\$00
Concursos públicos, 3.ª série	10 500\$00	13 500\$00
1.ª série + concursos	18 000\$00	23 000\$00

* Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.

(a) Processo em fase de certificação pelo ISQ. Disponíveis seis anos, CD-ROM dos anos de 1992 a 1997, dos quais quatro são duplos.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 320\$00 (IVA INCLuíDO 5%)



INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex
Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250 Lisboa
Telef. (01)397 30 35/(01)397 47 68 Fax (01)396 94 33 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050 Lisboa
Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000 Lisboa
Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72 Metro — Saldanha
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07 Fax (01)353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telefs. (01)711 11 19/23/24 Fax (01)711 11 21 Metro — C. Militar
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050 Porto
Telef. (02)205 92 06/(02)205 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000 Coimbra
Telef. (039)82 69 02 Fax (039)83 26 30

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt> • Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 0808 200 110

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex